

Uni-FACEF - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

LEANDRO TONIN DE CARVALHO

O TERCEIRO SETOR COMO EXECUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
um estudo de caso da creche do município de São Tomás de Aquino-
MG

FRANCA
2020

Uni-FACEF - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

LEANDRO TONIN DE CARVALHO

O TERCEIRO SETOR COMO EXECUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
um estudo de caso da creche do município de São Tomás de Aquino-
MG

Dissertação apresentada ao programa de Pós -
graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado
Interdisciplinar, do Centro Universitário Municipal de
Franca - Uni-FACEF, para obtenção do título de
mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Social e
Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra.

FRANCA
2020

C325t

Carvalho, Leandro Tonin

O terceiro setor como executor de políticas públicas: um estudo de caso da creche do município de São Tomás de Aquino-MG. / Leandro Tonin de Carvalho. – Franca: Uni-Facef, 2020.
121p. ; il.

Orientador: Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

Dissertação (Mestrado) - Uni-Facef

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

1.Desennvolvimento regional – Desenvolvimento local.

LEANDRO TONIN DE CARVALHO

**O TERCEIRO SETOR COMO EXECUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
um estudo de caso da creche do município de São Tomás de Aquino-
MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós -
graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado
Interdisciplinar, do Centro Universitário Municipal de
Franca - Uni-FACEF, para obtenção do título de
mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Social e
Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra.

Franca, 26 de Agosto de 2020.

Orientador (a): _____
Nome: Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra.
Instituição: Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador (a): _____
Nome: Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires
Instituição: Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador (a): _____
Nome: Prof. Dr. Daltro Oliveira de Carvalho
Instituição: FATEC - Franca/SP

Dedico este estudo, especialmente, aos profissionais da creche de São Tomás de Aquino - MG: diretora, vice-diretora, professores e monitores que não mediram esforços em ajudar-me para o êxito deste estudo. Que nos mostraram que há motivos para lutar e construir um futuro mais digno, pautado na liberdade e no desenvolvimento humano. Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- Primeiramente, a Deus, pelo privilégio e realização de um grande sonho de fazer mestrado, que ao longo de toda a minha vida me proporcionou saúde e conforto material.
- Ao meu orientador, o Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra, que aceitou o desafio de orientar-me, pela paciência e por acreditar em mim.
- À secretária de Pós-Graduação Ângela Freitas, pelo trabalho sempre eficiente e a todo momento esteve ativa e disposta em ajudar-me.
- À esta conceituada Universidade - Uni-FACEF, por ter me concedido a oportunidade de participar do Programa de Mestrado.
- Aos demais docentes do Programa de Mestrado, pelos ensinamentos compartilhados, que nos proporcionou um ambiente incrível de aprendizado, e que pela qual terei sempre grande carinho.
- aos colegas participantes do mestrado, que foram importantes para a realização deste trabalho.

Dedique alta estima à sabedoria,
e ela o exaltará; abraça-a, e ela o honrará.

Provérbios 4:8-9

RESUMO

Destaca-se como objetivo desta pesquisa, analisar o papel do Terceiro Setor nas Políticas Públicas e a sua influência na promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento local/regional. Para tanto, é necessário compreender, conhecer e delinear a relação dos protagonistas do poder público, social e privado, como os principais integrantes potenciais na promoção do desenvolvimento de suas localidades. Diante da conjuntura atual marcada por grandes desafios, como a desigualdade social, o desemprego, educação, saúde, moradia, transporte, entre outros, faz-se necessário compreender a realidade moderna e o papel de cada dirigente na implementação em Políticas Públicas. Assim, a compreensão desta gama de práticas e relações é necessária a fim de visualizarmos as políticas agregadas e as relações estratégicas de sustentabilidade adotadas pelo Estado, pelas organizações (Empresas) e pelo Terceiro Setor. Melhorar a qualidade de vida das pessoas e da sociedade, há muito tempo, deixou de ser considerada tarefa apenas do Estado. A sociedade, ao perceber que aquele por si só não consegue suprir todos os seus anseios e necessidades, passa a se organizar nas formas das entidades sem fins lucrativos, às quais se denomina Terceiro Setor. Tal setor é considerado um órgão público e/ou privado que visa prestar serviços públicos com o intuito de promover a qualidade de vida de determinada sociedade ou comunidade específica. Para a obtenção de dados, optou-se por pesquisas exploratórias de cunho bibliográfico, documental e dados secundários. Além disso, um estudo de caso de abordagem qualitativa foi realizado no município de São Tomás de Aquino-MG. Considerando os resultados adquiridos na presente pesquisa, como fonte de aplicação, embasamento e regulamentação de gestores de órgãos públicos e privados que servem de alicerce para futuros estudos neste segmento. A partir da conclusão do trabalho, espera-se maior visibilidade e estimulação da importância das ações de forma integrada, e, o papel da sociedade para alavancar o desenvolvimento em suas localidades (bairros/cidades/regiões/estados).

Palavras-chave: Terceiro Setor, Políticas Públicas, desenvolvimento local/regional, gestão, serviços sociais.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the role of the Third Sector in Public Policies and its influence in promoting quality of life and local / regional development. For that, it is necessary to understand, know and outline the relationship of the protagonists of the public, social and private power as the main potential members in promoting the development of their localities. In view of the current situation marked by major challenges, such as social inequality, unemployment, education, health, housing, transportation, among others, it is necessary to understand the modern reality and the role of each leader in the implementation of Public Policies. Thus, an understanding of this range of practices and relationships is necessary in order to visualize the aggregate policies and strategic sustainability relationships adopted by the State, organizations (Companies) and the Third Sector. Improving the quality of life of people and society has long ceased to be considered a task for the State alone. When society realizes that it alone cannot meet all its wants and needs, it starts to organize itself in the forms of non-profit entities, which is called the Third Sector. Such sector is considered a public and / or private body that aims to provide public services in order to promote the quality of life of a specific society or community. To obtain data, exploratory research of bibliographic, documentary and secondary data was chosen. In addition, a case study with a qualitative approach was carried out in the municipality of São Tomás de Aquino-MG. Considering the results acquired in the present research, as a source of application, basis and regulation for managers of public and private agencies that serve as a foundation for future studies in this segment. Upon completion of the work, greater visibility and stimulation of the importance of actions in an integrated manner and the role of society to leverage development in their localities (neighborhoods/cities/regions/states).

keywords: Third Sector, Public Policies, local/regional development, management, social services.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Revoluções Industriais	21
Figura 2 - Ranking mundial da educação	25
Figura 3 - População brasileira (1872/2010)	25
Figura 4 - Taxa de desemprego no Brasil (2014-2018)	26
Figura 5 - Ciclo de Políticas Públicas	32
Figura 6 - Mapa dos <i>Stakeholders</i>	61
Figura 7 - Grupos de interesse da comunidade pública	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População de São Tomás de Aquino-MG	79
Gráfico 2 - Usuários da creche CMEI	80
Gráfico 3 - Usuários em período integral e meio período	81
Gráfico 4 - Grau de escolaridade das Mães	81
Gráfico 5 - Faixa etária das Mães	82
Gráfico 6 - IDHM do município de São Tomás de Aquino	83
Gráfico 7 - <i>Ranking</i> municipal - IDHM	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Termos utilizados para designar o terceiro setor	36
Quadro 2 - Renda <i>per capita</i> , índice de Gini/pobreza de São Tomás de Aquino	85

LISTA DE SIGLAS

ABCR	Associação Brasileira de Captadores de Recursos
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas,
ONG	Organização não governamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
UE	União Europeia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
OSC	Organização da Sociedade Civil
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PNB	Produto Nacional Bruto
ONU	Organização das Nações Unidas
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FJP	Fundação João Pinheiro
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O CENÁRIO SÓCIOECONOMICO INTERNACIONAL E A ABERTURA COMERCIAL: DESAFIOS ATUAIS	20
3	POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL - CONCEITOS, FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE	30
3.1	O TERCEIRO SETOR: NOÇÕES GERAIS	35
3.1.1	O Terceiro Setor: como executor de políticas públicas	38
3.1.2	Democracia e sociedade participativa	41
3.1.3	O novo marco teórico do Terceiro Setor - Lei Federal 13.019/2014: Principais avanços	45
3.2	A CRECHE E SUA DIMENSÃO SOCIAL	46
3.2.1	A nova Constituição de 1988 e os direitos sociais	48
4	DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	51
4.1	O DESENVOLVIMENTO SOB OUTRAS PERSPECTIVAS	54
4.2	A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMO VETOR AO DESENVOLVIMENTO	57
4.2.1	Responsabilidade Social empresarial e os <i>Stakeholders</i>	60
5	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	64
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
5.2	DA CRECHE: CONTEXTO HISTÓRICO, OBJETIVOS E REGIMENTO INTERNO	66
5.2.1	Proposta e objetivos	67
5.2.2	Diretrizes políticas e administrativas	68
5.2.3	Missão	68
5.2.4	Professores, Monitores e Funcionários	69
5.2.5	Avaliação Periódica	70
5.2.6	Gestão Democrática: premissas básicas adotadas	71
5.2.7	Objetivos gerais da CMEI e metas	71
5.3	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO	73
5.3.1	Concepção de educação infantil	73
5.3.2	Concepção de ensino	73
5.3.3	Concepção de Currículo	74
5.3.4	Concepção de Aprendizagem	75

5.3.5	Concepção de Avaliação	75
5.3.6	Concepção aluno/professor	75
5.3.7	Organização didática pedagógica curricular	76
5.4	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E MONITORES	76
5.5	RELACIONAMENTO DA CRECHE COM A COMUNIDADE	77
5.6	ASPECTOS FINAIS: UM OLHAR PARA O FUTURO	77
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	79
	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE A - Foto da creche e localização do município de São Tomás de aquino - MG	102
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	103
	APÊNDICE C - Questionário de satisfação	106
	ANEXO A - Organização administrativa e estrutura (Espaço físico)	108
	ANEXO B - Didática de ensino e aprendizagem utilizada pela CMEI	109

1 INTRODUÇÃO

“No meio do caos há sempre uma oportunidade”
Sun Tzu

Atualmente, na conjuntura socioeconômica nitidamente marcada por desigualdades, o cenário do Brasil representa este movimento global de desequilíbrio. Por um lado, os avanços nas áreas da tecnologia e ciência têm sido alcançados, por outro, as questões capitais como pobreza, exclusão e desigualdade social continuam sem respostas satisfatórias para a sua complexidade. Concomitante a esta realidade social, os países e seus governantes, reforçam seus discursos, em torno do desenvolvimento referente à estratégia para o crescimento econômico, avanço tecnológico e aprimoramento social.

Mudanças e transformações marcadas pelo reflexo da globalização, observa-se o crescimento do Terceiro Setor no âmbito mundial, em que se inicia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, fruto de diversas transições políticas, econômicas, sociais e tecnológicas que ocorreram ao longo das três décadas anteriores 60, 70 e 80.

Tal fato, pode ser comprovado pelos resultados obtidos no ano de 2017, com a pesquisa realizada pela ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Segundo o novo estudo realizado pelo IPEA¹ - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - instituição ligada ao Governo Federal, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820 mil ONGs² existentes (ou organizações da sociedade civil, nome formalmente utilizado).

Esse número, representa um crescimento considerável quando comparado ao último número disponível, cerca de 400 (quatrocentos) organizações. Das 820 mil, 709 mil (86%) são associações civis sem fins lucrativos, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A presença regional das organizações, seguem a distribuição da população: a região Sudeste tem 40% das instituições, seguida pelo Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e, por último, a região Norte (8%).

¹ Acesso em: <https://captadores.org.br/2018/07/13/brasil-tem-820-mil-ongs/>

² ONG's - Organização não Governamental

Frente aos dados obtidos pelo IPEA, a presente pesquisa tem como objetivo geral refletir e discutir o papel do Terceiro Setor - ONG's e sua influência na implementação nas Políticas Públicas e seu elo, para a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento social e humano.

A fim de cumprir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir as consequências da modernidade e os impactos da globalização na atmosfera social econômica e política, tendo como principais teóricos, Giddens, Bauman, Boaventura, Ianni, entre outros;
- Refletir sobre a relevância do protagonismo do terceiro setor para a atualidade, mediante as adversidades que assolam a humanidade;
- Conceituar e posicionar a concepção das políticas públicas no cenário presente, tendo como base a ótica do autor Leonardo Secchi e demais autores que retratam desta temática;
- Teorizar e discutir os trâmites que abarcam o alcance do desenvolvimento local/regional, apontados na literatura, sendo o autor Amartya Sen, pilar fundamental desta pesquisa, por enaltecer em suas obras, o lado humano e social do desenvolvimento, o qual se destina esta investigação;
- Propor uma revisão de literatura, com o intuito de pontuar a promoção e valorização das questões de cunho social e humano de forma digna;
- Analisar, empiricamente (*in loco*), o objeto de estudo, para melhor obtenção dos dados desta investigação, tendo como indicador a ser estudada, a creche Pública do município de São Tomás de Aquino-MG. O estudo apresentará uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos dados, serão analisados a partir das ações e o impacto do terceiro setor e suas contribuições neste município;
- Apontar os indicadores de desenvolvimento, após análise e coleta dos dados.

Para tanto, é necessário compreender, conhecer e delinear a relação dos protagonistas do poder público, social e privado como principais integrantes potenciais na promoção da esteira do desenvolvimento de suas localidades.

Devido aos grandes desafios encontrados, como a desigualdade social, desemprego, deficiências na área de educação, saúde, moradia, transporte, entre outros, é fundamental entender a realidade atual e o papel de cada dirigente na implementação e formulação nas Políticas Públicas. Por isso, a compreensão desta gama de práticas e relações busca deslumbrar as políticas agregadas e as relações estratégicas de sustentabilidade adotadas por esses setores - Estado, empresas e terceiro setor.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia de estudo se desenvolveu a partir de uma pesquisa exploratória bibliográfica descritiva, de forma atualizada, com o plano de estruturá-la, conforme explica Gil (2008), desenvolvendo, esclarecendo e modificando conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros.

Como pesquisador, o que me aguçou desmembrar este estudo, pelo simples fato, de ser nato e residente da cidade de São Tomás de Aquino, (Sul de Minas Gerais) a qual, atualmente, residem meus pais e onde passei toda a minha infância. Como sou da década de 80, pude acompanhar as transformações no cenário socioeconômico desta cidade, moldando-se novas culturas familiares, na rotina e na vida das pessoas.

O município de São Tomás de Aquino - MG, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2018), comporta 7.042 habitantes (incluindo a zona rural), sendo em sua maioria formada por uma população vulnerável, de baixa renda e marcada pelo trabalho informal.

Frente a esses aspectos, a cidade em seu entorno carece de serviços públicos e ações filantrópicas, para o seu avanço e promoção da equidade social. Assim, cabe enaltecer, empiricamente, o quanto uma única casa, influência no desenvolvimento desta comunidade; onde a sua população total depende, exclusivamente, de uma única creche (ONG), existente no município. Diante dessas considerações, despertou-se a necessidade em realizar este estudo e apontar os principais impactos positivos para as exigências da modernidade.

Para Minayo (2001), o problema de uma pesquisa pode ser formado por uma motivação pessoal, quando a escolha do estudo é considerada de

grande relevância no percurso profissional do pesquisador, ou também, pela sua instrução acadêmica de argumentos estudados, pela formação acumulada de conteúdo e nível de conhecimento específico, de determinado assunto, apontando algumas lacunas. Com isso, criam-se possibilidades de explorar e aprofundar o conhecimento, com o intuito de progresso metodológico e a relevância do problema.

Ainda neste sentido, Minayo (2001) entende que a metodologia direciona um pensamento como consequência para a forma prática de se aproximar da realidade. Neste cenário, a metodologia possui um papel importante na teoria, e no que se refere a elas, alinhando com a existência do problema pesquisado.

Para melhor compreensão e coerência dos fatos, a pesquisa se desenvolve em seis seções.

A primeira seção é composta pela introdução, em que constarão o objetivo, a problemática evidente e a composição estruturada da pesquisa.

Na segunda seção é abordada uma fundamentação teórica, nos quais serão apresentados os principais conceitos que retratam as consequências da modernidade e os impactos da globalização na humanidade.

Na terceira seção serão apresentados o papel das Políticas Públicas e suas contribuições, para o desenvolvimento socioeconômico, em que, o agente principal impulsor desta ação, é estimulado pelo terceiro setor. O intuito é o enaltecimento da relevância das ações de cunho social advindas do Terceiro Setor no mundo contemporâneo.

Na quarta seção é abordado o conceito de desenvolvimento na visão de autores, que retratam, especificamente, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e humano.

Na quinta seção são apresentados os procedimentos metodológicos, para o êxito desta pesquisa, com o foco, de atingir todos os objetivos propostos de forma otimizada, além da exibição da pesquisa de campo.

Por fim, na sexta seção, encontra-se a análise dos resultados, as considerações finais e sua possível contribuição para a área estudada.

Consideram-se os resultados obtidos dessa pesquisa, como fonte de aplicação, embasamento e regulamentação de gestores de órgãos públicos e

privados. A partir dos resultados do presente estudo, espera-se, dar maior visibilidade e estimular a relevância das ações de forma integrada e também o papel da sociedade para alavancar o desenvolvimento em suas localidades (bairros/cidades/regiões/estados).

2 O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO INTERNACIONAL E A ABERTURA COMERCIAL: DESAFIOS ATUAIS

*“Para que a utopia renasça,
é preciso confiar no potencial humano de reformar o mundo”*
Zygmunt Bauman

Este capítulo, objetiva aflorar o protagonismo hegemônico da globalização na situação em que se encontra, trazendo consigo os principais impactos que assolam a humanidade e seus desafios. Para tanto, compreender onde estamos e onde podemos chegar, ao que tange toda a aldeia global e todos seus subsistemas, Becker (2010), apresenta que o desenvolvimento sócio-econômico-político capitalista, ganha forma e estrutura, quando todo o processo histórico deve ser considerado para avaliar o seu posicionamento, seja local, regional, nacional ou internacional.

Portanto, através desse pensamento, é relevante apresentar, na órbita produtiva internacional, os principais fatores que descortinou todo o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento na humanidade, até os dias atuais. Corroborando ainda com o pensamento do autor, abordar-se-ão os caminhos e um breve retrospecto histórico, por meio de uma perspectiva macro e global, as quais desencadearam grandes mutações na dinâmica capitalista moderna, marcada por avanços e retrocessos nas últimas décadas.

Contudo, para melhor compreensão deste fenômeno que abarca a tudo e a todos, é preciso recapitular importantes fatos históricos: revoluções industriais, crises políticas e econômicas, guerras, planos de governo, entre outros, os quais remodelaram em sua dimensão um cenário imprevisível e complexo. Dentro desse fio condutor, todos os aspectos que abarcam o pensamento desenvolvimentista na atmosfera brasileira e a qualidade de vida como ponto central devem ser levados em consideração.

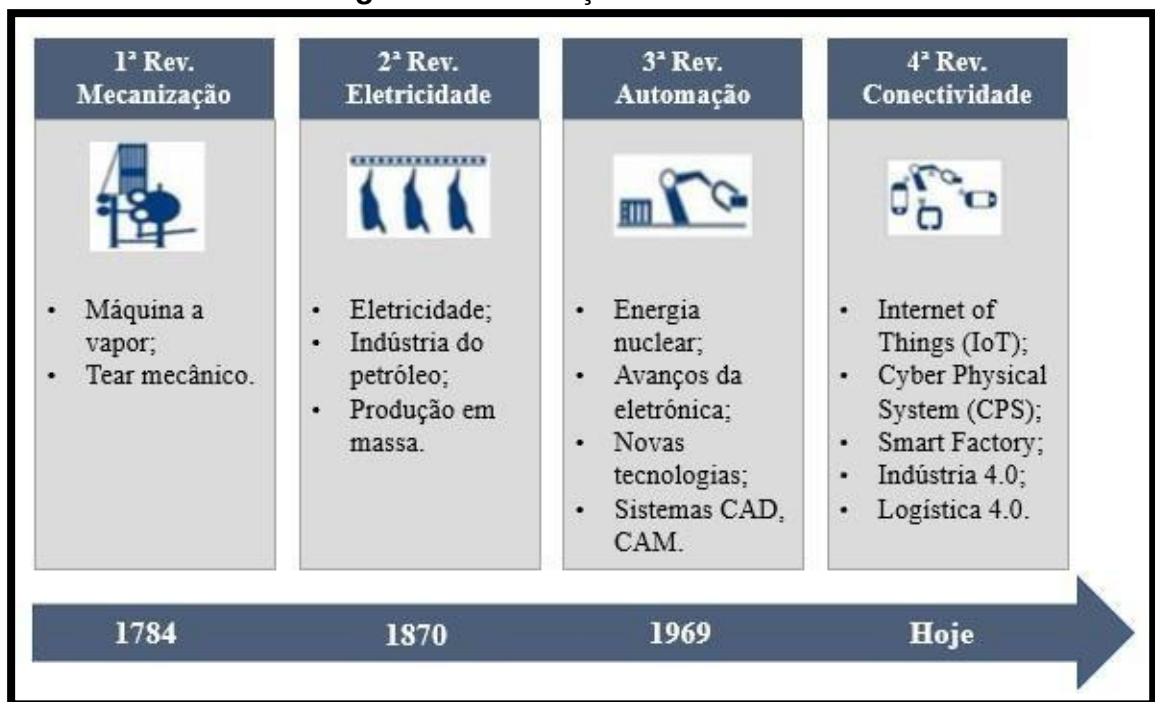
Para muitos literários, que retratam a modernidade, a história da expansão do capitalismo está estreitamente ligada com a história da globalização do mundo. Trata-se de um processo contínuo, com ciclos de difusão e retração que se alternam conforme a época e o jogo das forças que atuam no mercado mundial. Desde o século XV, com as grandes navegações até a atualidade, o capitalismo revoluciona as condições sociais, econômicas, políticas e culturais

dos países, sejam eles capitalistas ou não. Dentro desse contexto, Bauman (1999, p.7) cita o processo paradoxal da globalização: “A globalização tanto divide como une, divide enquanto une”.

A globalização diz respeito a todos e leva a percursos inesperados. Não há como planejar os caminhos a serem almejados, eles simplesmente acontecem como forças anônimas, operando em uma terra sem donos. Por isso, Bauman ressalta que é preciso caminhar pelas Revoluções Industriais, já que estas criaram vários mecanismos, rupturas e descontinuidades dentro desse processo (BAUMAN, 1999).

Fazendo uma analogia pelo contexto histórico, a Figura 1 ilustra um resumo das principais características de cada Revolução Industrial, em que se busca enfatizar os progressos e impactos destas nos estilos de vida das sociedades.

Figura 1 - Revoluções Industriais.



Fonte: B. P. Santos, (2018, p.2)

Com base na Figura 1, sobre a primeira Revolução Industrial:

[...] o conceito de subdesenvolvimento é decorrente da ruptura a partir da I Revolução Industrial, onde a Inglaterra se desenvolveu proporcionando uma grande melhoria nas condições de vida no ocidente, onde suas conquistas

foram espalhadas para o mundo. Nesta visão a globalização não é apenas boa, é também um presente do ocidente para o mundo. Por milhares de anos a globalização tem contribuído para o progresso do mundo, por meio da viagem, do comércio, da migração, da difusão de influências culturais, e da disseminação do conhecimento e do saber. Essas inter-relações globais têm sido, com frequência, muito produtivas no desenvolvimento de vários países, sendo a hegemonia econômica de produção capitalista mundial (ADOLFO, 2001, p. 23).

Apoiando-se no pensamento de Adolfo (2001), a I Revolução Industrial era composta pela classe dominante e a classe dominada (Burguesia X Proletariado). A economia se baseava na indústria têxtil através da criação de ovelhas, algodão e agricultura, como matéria prima básica e as navegações que movimentavam o mercantilismo entre os países.

Sobre a política econômica mercantilista, a burguesia almejava o lucro e acumulava suas riquezas, enquanto o proletariado fornecia apenas a força de trabalho por pequenos salários, além da exploração de mulheres e crianças, que trabalhavam mais de 15 horas por dia em condições de trabalho totalmente insalubres, com muitas pessoas doentes e mutiladas (CASTEL, 1998).

Neste mesmo período, grandes ideologistas e defensores da economia moderna defendiam as suas teorias, que sustentavam a sociedade humana e o direito público, devido à grande expansão do capitalismo social e econômico. Dentre eles, Adam Smith, teórico defensor do liberalismo econômico, considerado o pai da economia moderna no período do Iluminismo, defendia a ideia da privatização das empresas e era a favor da divisão do trabalho (MARX, 1971).

Com a transição do feudalismo ao capitalismo comercial, com o crescimento do sistema de produção e comercialização, neste período, Smith investigou a natureza do comércio, devido à grande desigualdade da riqueza e da pobreza que já existia nessa época (MARX, 1971).

Para controlar as leis naturais do consumismo, Smith criou a mão invisível, a fim de manter o equilíbrio e evitar crises, em que todos visavam o lucro. Smith era contra a participação do estado na economia e defendia em sua teoria que cabe ao estado manter a ordem, proteger o patrimônio, construir obras de infraestrutura e investir na educação, pois não visto como importante frente aos fenômenos da globalização, o estado mínimo normativo e administrativo não deveria intervir no funcionamento do mercado apenas (MARX, 1971).

Já no século XIX (1860-1960), período da II Revolução Industrial, um novo modelo capitalista econômico industrial surgiu. Por efeito do modelo político do liberalismo clássico, o EUA tornou-se o berço do desenvolvimento econômico capitalista, superando a economia inglesa e destacou outros países como: Alemanha, França, Rússia, Itália e Japão (ADOLFO, 2001).

No Brasil, a economia dependia do desempenho de suas exportações das *commodities* (café, algodão, borracha e açúcar), caracterizando o país como uma economia agroexportadora.

Dentre algumas características marcantes deste período, destacam-se: a era da fusão entre a técnica e a ciência; a busca pelo saber e de novas técnicas produtivas eficazes; o carvão mineral substituído pelo petróleo através da descoberta de combustíveis fósseis; e o ferro substituído pelo aço (HEILBRONER; MILBERG, 2008).

Além disso, o surgimento do avião por Santos Dumont e barcos e locomotivas movidas a diesel; surgimento da energia elétrica por Tomas Edson, com isso veio o rádio, a TV, o telefone, cinema e o telegrama como meio de comunicação; o crescimento do mercado financeiro com o surgimento de vários bancos; o êxodo rural ganhou força, devido à busca de melhores condições de vida e melhoria da infraestrutura no espaço urbano, surgindo grandes metrópoles e monopólios comerciais (HEILBRONER; MILBERG, 2008).

Ademais, as indústrias farmacêuticas, petroquímicas, siderúrgicas e automotivas evoluíram significativamente; a linha de montagem de produção se apoiou ao método fordismo e taylorismo, havendo a divisão do trabalho para melhor conduzir a dinâmica de produção para atender a demanda pelo grande excesso de consumo de matéria-prima; o homem substituído pela máquina nas indústrias e agricultura pelo grande avanço tecnológico e conhecimento científico, havendo o aumento expressivo do índice de desemprego e acelerando ainda mais após a crise mundial de 1929 (HEILBRONER; MILBERG, 2008).

Outro revolucionário sociólogo, pensador e economista, Karl Marx, criou uma nova ideologia para economia global. Considerado o pai do socialismo, foi contra o capitalismo e retratou as lutas de classes, devido aos fatores socioeconômicos, já que existia a desigualdade entre a burguesia e o proletariado. Sua ideia era ter uma sociedade justa e mais equilibrada, amenizando as desigualdades sociais. Marx defendia os trabalhadores, lutava

contra a exploração nos meios de produção, criou a mais valia em consequência do crescimento capitalista, o qual mudou os meios de produção de trabalho para obter o melhor lucro, controlando a força de trabalho a favor da classe operária pelo alto excedente produzido. (MARX. 1971).

Com o surgimento do *Ludismo*³, quebra de máquinas pelos operários, e o *Cartismo*⁴, carta enviada dos operários aos sindicatos e dono de indústrias com reivindicações trabalhistas e melhores condições de trabalho, neste mesmo século, os direitos humanos ganharam força a favor da dignidade humana com proteção intensa aos interesses dos trabalhadores, mesmo que a falta de ação do governo para controlar o desemprego e as desigualdades sociais ainda era grandes desafios a serem enfrentados (MARX, 1985).

Diante do lapso temporal marcado pela II Revolução Industrial, entende-se que a internacionalização impôs seus preceitos de forma totalitária e indissolúvel, impondo pressões que o Estado não foi capaz de dirimir.

Para Bauman (1999, p.81), “alguns minutos bastam para que as empresas e a Nação entrem em colapso. Hoje, as megaempresas, desfrutam de toda a liberdade para realizarem manobras econômicas que tornam o Estado um mero espectador, dominado e sem poder de reação. Este novo mundo proposto é o da fome, pobreza e miséria absoluta”.

Adentrado à III Revolução Industrial (1970), período que pode ser caracterizado pela intensa abertura comercial a partir de 1990, criaram-se mudanças vertiginosas nos campos sociais, econômicos, políticos e culturais, reestruturando um novo estilo de vida na humanidade.

Sendo um dos pontos mais preocupantes, a concentração da população que cresceu de forma galopante, o desemprego atingiu novos patamares, devido às grandes pressões e consequências da modernidade, e a educação básica, deixou nosso país entre os piores do *ranking* mundial, conforme ilustra a Figura 2.

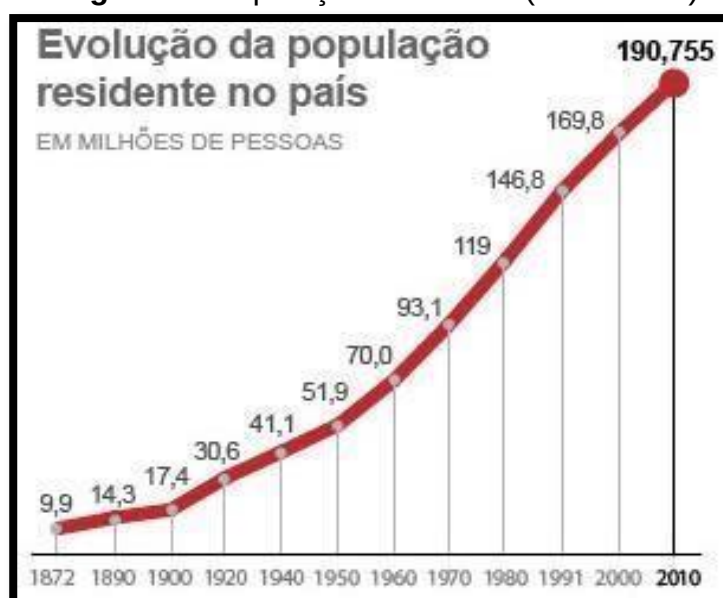
³ Ludismo ou luddismo foi um movimento de trabalhadores ingleses do ramo de fiação e tecelagem, ativo no início do século XIX, nos primórdios da Revolução Industrial, e que se notabilizou pela destruição de máquinas como forma de protesto.

⁴ O cartismo caracteriza-se como um movimento social inglês que se iniciou na década de 30 do século XIX. Inicialmente fundou-se na luta pela inclusão política da classe operária, representada pela associação Geral dos Operários de Londres.

Figura 2 - Ranking mundial da educação - OCDE⁵

Fonte: OCDE - 2012.

Em seguida, com base na Figura 3, é possível comparar a ascensão populacional.

Figura 3 - População brasileira⁶ (1872-2010)

Fonte: Censo IBGE, 2010.

⁵ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento.

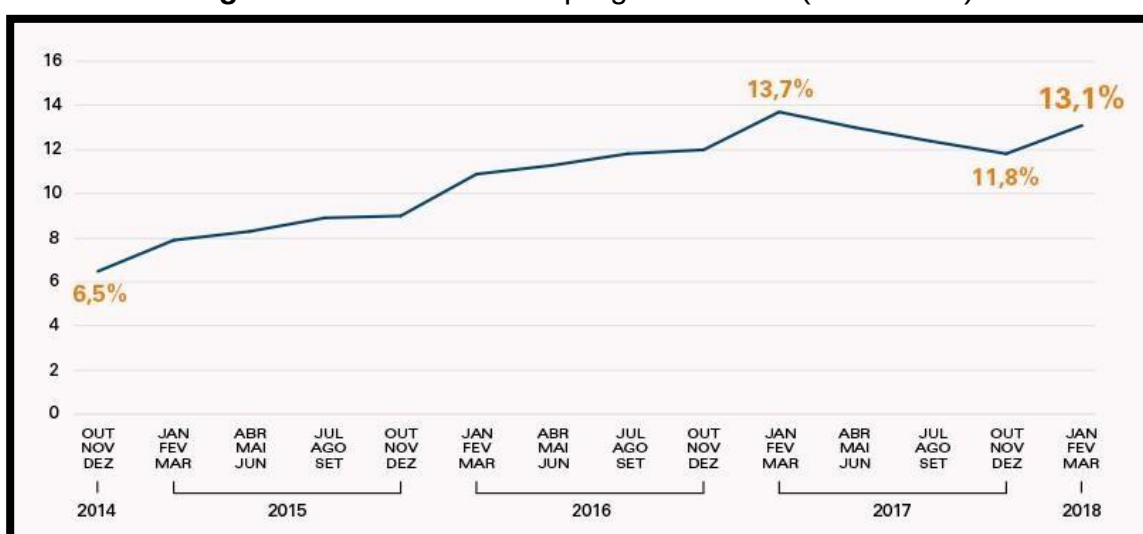
-, **Figura 2:** , acesso em: <https://www.metrojornal.com.br/brasil/2015/05/14/brasil-cai-duas-posicoes-em-ranking-mundial-educacao.html>.

⁶ **Figura 3,** Acesso em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-censo-e-diz-que-brasil-tem-190755799-habitantes.html>

Pode-se observar na figura acima que, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), até o ano de 1970, o número de habitantes mais que dobrou e, após a crise de 1963-1967, sob o regime militar, o êxodo rural é mais ascendente, passando de 93,1 habitantes, em 1970, para 190,75 no ano de 2010, apresentando um crescimento exponencial na atmosfera brasileira.

A Figura 4 aponta as taxas de desemprego que assolaram o território brasileiro.

Figura 4 - Taxa de desemprego no Brasil⁷ (2014-2018).



Fonte: IBGE, 2018.

Com base na Figura 4, observa-se, em um curto prazo de 4 anos (2014-2018), um superávit abrupto na taxa de desemprego, saltando de 6,5% (2014) para 13,1% (2018), simbolizando um aumento de mais de 50%.

A III Revolução Industrial provocou um crescimento substancial na questão do desemprego, como decorrência do uso das altas tecnologias produtivas e reformulação e otimização da produção industrial, ocasionando demissões em massa. Um estresse de mercado que se agravou em reflexo da crise mundial de 2008 e pela alta competitividade comercial (DOWBOR, 1997).

Segundo Dowbor (1997, p. 27),

⁷ **Figura 4**, Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>. Acesso em: 18 de Set. 2018.

[...] com o dinamismo econômico de empresas ligadas a amplos mercados, a preocupação com a qualidade e os preços dos produtos, em meio a competitividade capitalista, passaram a ser decisivos para a garantia da lucratividade.

Em meio à competitividade e abertura comercial, alguns pontos devem ser considerados para melhor compreender a dinâmica da III Revolução industrial. Na década de 1990, com a abertura comercial, surgiu a formação de vários blocos econômicos - NAFTA⁸, MERCOSUL⁹, UE¹⁰, Tigres Asiáticos¹¹ -, facilitando a troca de mercadorias. O Brasil, passou a enfrentar uma grande instabilidade inflacionária e, com a tentativa de controlar e mudar esse quadro, vários planos de governo foram criados a fim de controlar a moeda, o intenso câmbio e a dívida externa (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor e Plano Real) (MOREIRA; CORREA; 1996).

Poderosos bancos mundiais, como o FMI, e o Banco mundial surgiram, sempre controlando, limitando e fiscalizando a economia de forma pacífica. Com o estado mínimo cada vez mais ineficiente, perante suas obrigаторiedades em decorrência dos problemas que se agravavam, a crise política se instalou marcada pela corrupção e *impeachments*. O desgoverno contaminou a sociedade em busca de seus direitos, gerando um mal-estar e conflitos políticos (MOREIRA; CORREA; 1996).

Para Ianni (1998, p. 158), “de fato, a sensação que parece estar no ar é de perda de controle, total quebra de vínculos, a nave sem rumo, porque o timoneiro não sabe aonde ir, ou em outras palavras, ingovernabilidade.” Paralelamente, na ótica de Ianni, com o Estado enxuto em suas ações, cresce o setor privado, terceirizações e o terceiro setor - Organização não governamental, criando um novo retrato socioeconômico brasileiro.

⁸ NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement* – em inglês) é um acordo econômico e comercial – também chamado bloco econômico – formado por Estados Unidos, Canadá e México.

⁹ MERCOSUL - Mercado Comum do Sul é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente econômica, configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros.

¹⁰ UE - A União Europeia é uma união econômica e política de 27 Estados-membros independentes situados principalmente na Europa.

¹¹ TIGRES ASIÁTICOS - O termo Tigres Asiáticos ou Quatro Tigres Asiáticos refere-se às economias desenvolvidas pelos países Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan.

São notórios, no mundo contemporâneo, os grandes avanços alcançados pela mão do homem. O uso de novas tecnologias nas residências e indústrias, o avanço da ciência e da pesquisa, o luxo em casas, carros, aviões e edifícios, trazem consigo várias benesses na forma de fazer, agir e pensar no dia-a-dia das pessoas.

Em contrapartida, com a globalização, a maior parte da população se apresenta como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a abaixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, HIV/AIDS crescem a cada ano. A mortalidade infantil permanece. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Bilhões de nossos cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos países e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. (SANTOS, 2008).

Em meio a tantas adversidades, Giddens (1991) argumenta que não vivemos em um mundo pós-moderno, talvez esse mundo esteja a caminho, mas não estamos vivendo nele, ainda não! Através deste pensamento, mesmo com tantas descontinuidades advindas com a globalização, para o autor, é possível enxergar a incessante busca para o progresso e o desenvolvimento. Na utopia de criar um novo cenário como forma de ultrapassar os problemas do mundo moderno. Enquanto estivermos colhendo adversidades, estamos vivendo a modernidade e não a pós-modernidade.

Considerando os dias atuais e a IV Revolução Industrial, a ótica neoliberalista é movida pela inovação tecnológica com novos processos de produção, utilização de novos materiais, redução dos custos da mão-de-obra, desenvolvimento de produtos novos, investimentos direcionados para a modernização dos equipamentos, etc., e, inserida numa economia aberta, globalizada, competitiva e regulada pelos mecanismos de mercado, promoveria o crescimento e o bem-estar da sociedade (SILVA, et. al. 2018)

Posto nesta realidade, é necessário se adequar aos anseios da sociedade moderna. Assim, nasce o novo paradigma. Em síntese, percebemos estar vivenciando um dilema, que se traduz em sobreviver sem promover mudanças ou, então, mudarmos para sobrevivermos.

Tendo em vista os aspectos observados, é preciso estimular a sociedade e o cooperativismo, em prol de políticas públicas em suas localidades, para a promoção da democracia, justiça social e a cidadania plena. Com base nesses preceitos, o capítulo a seguir, tem como foco central descortinar o papel da sociedade para o desenvolvimento nas políticas públicas.

3 POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE

“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”

Peter Drucker

Embora o conceito de políticas públicas seja recente na literatura brasileira, muitos são os estudiosos que expõem esta temática nos últimos 30 anos. Perante a complexidade e as novas demandas sociais, o objetivo deste capítulo é discutir os processos de transformação em curso na esfera local de governo, chamando a atenção para a ampliação do leque de atores envolvidos na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas, e também para o estabelecimento de parcerias entre estado, sociedade e organizações.

A priori, serão discutidos alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas para oportunizar a compressão do tema a ser discutido, explorando as implicações dessa abordagem para a realidade política administrativa de países em desenvolvimento, especialmente a do Brasil, caracterizados por democracias não consolidadas. A linha de pensamento do autor Leonardo Secchi será fundamental para manifestar sintonia com a problemática da pesquisa.

O estudo sobre Política Pública relacionada à área de conhecimento e disciplina acadêmica teve início nos EUA com ênfase nas ações e produções dos governos, e na Europa como desdobramento de pesquisas sobre o papel do estado como produtor de Políticas Públicas (SOUZA, 2006).

Souza (2006, p.23) afirma que quatro pesquisadores foram responsáveis pelo desenvolvimento da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, [...] a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na

direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes teses do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos e interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

No contexto Brasileiro Farah (2001, p.125) acrescenta:

O debate sobre a reforma da ação do Estado na área social, no Brasil, teve início na década de 1970 e ganhou impulso nos anos 1980, no âmbito do processo de democratização do país. A agenda de reforma que então se definiu, inspirando iniciativas inovadoras por parte de governos estaduais de oposição a partir de 1982 e se consolidando na Constituição de 1988, teve como eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição da equidade dos resultados.

No Brasil, foi somente a partir da Constituição Federal de 1988, que a assistência social se consolidou enquanto Política Pública. Conforme a Constituição em seu Art. 6º são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Com base na constituição de 1988, todos homens e mulheres tem o direito à cidadania de forma justa e igualitária (BRASIL, 2018).

A discussão sobre a resolução das questões sociais brasileiras, implementadas sobre bases sustentáveis, tem se destacado a corresponsabilidade e a complementaridade operacional entre os diversos atores atuantes no campo social. A troca de conhecimento sobre as experiências de cada agente, na implementação de políticas públicas “proporciona maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências” (MATTOS; DRUMMOND, 2005, p.177).

Aprofundando esta temática, de acordo com a análise de Secchi (2010, p.2), “uma política pública é uma diretriz, elaborada para enfrentar um problema público, ou seja, uma intenção pública para tratar de um problema também público.”

A finalidade da política pública, é dar tratamento ou solução para uma questão que seja relevante para a coletividade.

Em sua concepção, Secchi (2010) pontua, que uma política pública pode ser protagonizada por uma diversidade enorme de atores e não apenas pelos atores estatais, apesar desses últimos anos se destacarem no estabelecimento de políticas públicas no estado moderno. Secchi argumenta que, mesmo quando estabelecida ou liderada por um único ator, a política pública recebe influência de diversos atores ao longo do *policy cycle*¹². Conforme a Figura 5 a seguir, ilustra este ciclo.

Figura 5 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Secchi (2010, p.33).

Frente à ótica do autor, em sua análise multicêntrica, fica evidente que uma política pública não tem sua origem apenas estatal, mas também é advinda de empresas privadas e do terceiro setor e, dentro deste processo, para a eficácia nas tomadas de decisões, deve-se considerar o comprometimento da participação ativa da sociedade para a formulação e implementação de novas políticas públicas.

A partir dos contextos de interação, os atores envolvidos se dispõem a manter relações de comunicação e cooperação nas negociações, o que contribui na

¹² *policy cycle*, também conhecido como *policy making*, é o processo de elaboração das políticas públicas

construção de acordos. As soluções são compartilhadas, promovendo sinergia, o que possibilita e acelera a superação de problemas, resultando a tomada de decisões (SECCHI, 2010).

Segundo Teixeira (2002), para elaborar políticas públicas, deve-se definir *quem decide o quê, quando, com quais consequências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Assim, cabe distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Para o SEBRAE (2005), o processo de formulação de políticas públicas é um processo cíclico que se desenvolve em cinco fases: formação da agenda; formulação de políticas; processo de tomada de decisão; implementação e; avaliação.

Na esfera atual, diversos mecanismos de participação e controle social ganharam corpo e formato ao longo dos anos. De acordo com Avritzer (2013, p.9), “entre os mecanismos de participação estão os conselhos de gestores de políticas públicas, o orçamento participativo, o plano diretor municipal, as conferências nacionais, entre outros”.

Através da participação da sociedade em suas municipalidades, define-se quais são seus anseios e suas prioridades, a partir do consenso em comum, deve-se elaborar e construir uma política pública, seja da iniciativa do estado, empresas, do terceiro setor ou pela formação de parcerias de cunho colaborativo entre os agentes envolvidos. (SECCHI, 2010).

Diante deste contexto, é válido transcrever o ótica de Marshall (1967), onde, o autor argumenta que todo cidadão tem direito à cidadania, e que, atualmente no Brasil, este processo de redemocratização se encontra em construção e caminha de forma ainda lenta.

Marshall (1967, p. 62) apresenta a cidadania em três elementos: o civil, o político e o social:

O elemento civil é composto pelos direitos relacionados a liberdade individual, ou aos direitos civis. O elemento político diz respeito ao direito de participar do exercício do poder político como governante ou como seu eleitor, portanto,

refere-se aos direitos públicos. E o elemento social, refere-se ao direito de ter no mínimo de bem-estar econômico e de levar uma vida digna e condizente com os padrões estabelecidos pela sociedade, ou seja, refere-se aos direitos sociais.

Carvalho (2015, p.15) pontua que os direitos civis “são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei” e que “são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo”. Para o autor, os direitos políticos se referem “a participação do cidadão no governo da sociedade e, suas instituições, os partidos políticos e o parlamento conferem legitimidade à organização política da sociedade”.

Com base na análise de Marshall (1967) e Carvalho (2015), é crucial que todos os cidadãos exijam seus direitos de cidadania de forma efetiva para o alcance da qualidade de vida em suas municipalidades. A partir daí, as políticas públicas desenhadas e formuladas, concretizam-se “em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando então submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p.26).

Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente o papel das políticas públicas e seus protagonistas (Estado, empresas e terceiro setor) no que tange à esteira do desenvolvimento. A harmonia entre ambos deve ser pacífica e em sintonia para que não ocorra a cristalização dos planos de governo e agendas em andamento, a fim de acelerar as ações estratégicas de forma assertiva e tomadas de decisão com mais eficiência e eficácia na implementação, normalização, fiscalização, controle e surgimento de novas políticas públicas.

Em consideração a esses levantamentos, o próximo capítulo tem como foco principal apurar o terceiro setor - ONG, um dos agentes comentados no discorrer desse capítulo, examinando sua relevância como agente executor nas políticas públicas aos anseios da modernidade.

3.1 TERCEIRO SETOR: NOÇÕES GERAIS

Para Gohn (2000), nos anos 80, os movimentos sociais e organizações, representando a sociedade civil brasileira, lutaram pelos direitos de vários segmentos sociais - mulheres, negros, índios, idosos, crianças, homossexuais, entre outros. Suas reivindicações transformaram-se em leis, garantindo os direitos desses e criando canais de interlocução com o estado, como é caso do conselho de gestores.

Nos anos 90, esses canais de participação foram ocupados por vários representantes da sociedade civil como, por exemplo, as organizações não governamentais (ONG'S), as associações comunitárias, fundações, entidades filantrópicas, empresas cidadãs e entre outros. Estes representantes compõem o Terceiro Setor (TS) (GOHN, 2000).

Para Santos (1999, p.250-251),

O Terceiro Setor é uma designação residual e vaga que pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais.

De acordo com Amaral (2013), a expressão Terceiro Setor começa a ser usada de forma mais frequente no final dos anos 80 e início dos anos 90, tendo como um de seus principais divulgadores, o pesquisador norte-americano Lester Salamon, que naquele momento, coordenava uma pesquisa internacional da *Johns Hopkins University*, sobre as instituições sem fins lucrativos. A pesquisa estava sendo realizada em 36 países, inclusive no Brasil, envolvendo 150 pesquisadores.

Salamon (2000, p.5), argumenta, que nesse período vivenciava-se “uma revolução associativa global”, com a proliferação de organização não governamentais e sem fins lucrativos em todo o mundo. Ainda o autor, várias causas contribuíram para esta situação.

O crescimento do terceiro setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até mesmo dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento (SALAMON, 1998, p.5).

Para Fernandes (2000), os termos utilizados para referir-se ao terceiro setor retratam a origem das diversas organizações que compõem, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Termos utilizados para designar o terceiro setor.

ORIGEM	EXPRESSÃO	SIGNIFICADO
ESTADOS UNIDOS	Organizações sem fins lucrativos. (<i>non profit organizations</i>)	Instituições cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados.
	Organizações voluntárias. (<i>Volunteer organizations</i>).	Instituições criadas a partir de um ato de vontade de seus fundadores.
INGLATERRA	Caridades (<i>charities</i>)	Remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto de doação.
	Filantropia	Contraponto moderno e humanista à caridade religiosa.
	Mecenato	Remete a renascença e o prestígio derivado do apoio generoso às artes e ciências
EUROPA CONTINENTAL	Organizações não-governamentais (ONGs)	Designação conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) às organizações que não representavam governos, mas estavam representadas na ONU.
AMÉRICA LATINA	Sociedade Civil ou Organizações da Sociedade Civil (OSC)	Um espaço própria, que se distingue do Estado e do mercado, e está voltado para os interesses coletivos

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de Fernandes (2000, p.25-33).

Segundo o IBGE (2012), as organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor brasileiro apresentam as seguintes características:

- (a) *privadas*, não integrantes, portanto do aparelho de Estado;
- (b) *sem fins lucrativos*, ou seja, organizações que não foram criadas com a finalidade de obter lucros, mas podem obtê-lo, desde que ele seja reinvestido na missão da organização e não distribuído entre os integrantes;
- (c) *institucionalizadas*, isto é, legalmente constituídas;
- (d) *auto administradas* ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- (e) *voluntárias*, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas.

No Brasil, um dos fatores que fez com que o terceiro setor ganhasse mais força além da democratização política após Ditadura militar (1964-1985), foi a crise brasileira no final da década de 1970 e 1980, onde se pode constatar:

A crise brasileira no final da década de 70 e 80 foi também uma crise do Estado. Nesta perspectiva, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar a presença no setor produtivo, o que levou ao agravamento da crise fiscal.

Além disso, o Estado é caracterizado como lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o país passou a enfrentar diante da globalização econômica (PDRAE, 1995 apud, BABILÔNIA, 2012, p.10).

Na década de 90 teve início a abertura da economia brasileira que, mais tarde, culminou na reforma administrativa do estado, mediante a instituição de administração gerencial. Esta reforma ocorreu, precipuamente, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, sob o argumento da ineficiência e incapacidade do estado em prestar os serviços que o cidadão necessita de forma satisfatória, bem como na escassez de recursos públicos. A partir de então ocorreu uma alteração na relação entre estado e organizações da sociedade civil, tendo em vista que o tema Terceiro Setor se tornou politicamente relevante. Em linhas gerais, é possível afirmar que o discurso pró-reforma do estado fundamentou-se na tese de que este não consegue, sozinho, solucionar e atender satisfatoriamente as demandas sociais, sendo indispensável a participação da sociedade civil, na convicção de que esta possui mais capacidade gestora e de resolução dos problemas advindos da sociedade (THIESENA, 2009, p.111).

Com base nas constatações dos autores Gohn (2000), Amaral (2013) e Salamon (1998) ficam evidentes que, os problemas sociais se agravaram em decorrência da abertura comercial (globalização) precisamente nos anos 90, tornando o estado ineficiente e impotente, perante as novas exigências básicas da sociedade. Com isso, novas Leis Constitucionais surgiram em voga dos direitos humanos, democratização e cidadania plena. Fortalecendo ainda tal conceito, teve início, neste período:

[...] de um programa de publicização, onde transfere-se para o setor público não-estatal, o denominado terceiro setor a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre estado e sociedade para seu financiamento e controle. Desse modo, o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-lo, buscando, ao mesmo tempo o controle social direto e a participação da sociedade (SANTOS, 2000, p. 109 apud THIESENA, 2009, p.112).

De acordo com a análise de Austin (2001, p. 23 apud Ghanem, 2007, p.221), “[...] a complexidade da dinâmica social vem requerendo cada vez mais a multiplicidade de intervenções sob o manto da parceria [...]”. Para o autor, em sua teoria, apresenta as ações do terceiro setor, argumentando que:

[...] a magnitude e a complexidade de nossos problemas sociais e econômicos estão aumentando, e esses problemas estão agora sobrepujando as capacidades institucionais e econômicas das organizações com e sem fins lucrativos de, isoladamente, lidar com esses problemas. A medida que a massa do povo torna-se mais complicada e a identidade dos responsáveis menos clara, a cooperação emerge como o novo mandato (AUSTIN, 2001, p. 23 apud GHANEM, 2007, p.221).

Nessa esteira, COSTA (2003, p.47) atribui:

[...] Este aumento da atuação do Terceiro Setor global deve-se principalmente ao processo de reestruturação do capital e do mundo do trabalho, além das inovações tecnológicas e científicas. Suas ações encontram terreno fértil à medida que as crescentes necessidades da população não encontram ações eficientes por parte do Estado.

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que os principais objetivos do Terceiro Setor são sociais e não econômicos, são organizações sem fins lucrativos que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas em torno de valorizar o bem comum e a justiça social. Neste sentido, faz-se necessário compreender os caminhos envolvidos em que a participação da sociedade é de suma relevância dentro deste jogo, exigindo seus direitos para a implementação de Políticas Públicas nos diversos setores, criando um elo frutuoso, saudável entre Estado e a sociedade de forma democrática para celebrar os avanços nas políticas públicas.

3.1.1 O Terceiro Setor como executor de políticas públicas

No Brasil, é alarmante o cenário de desconfiança com relação ao poder Estatal, o que acaba danificando o desenvolvimento do nosso país. Portanto, o Estado vem criando novos mecanismos com o objetivo de estimular o auxílio do setor privado para a execução das políticas públicas sociais, com a finalidade de efetivá-las, tendo em vista, estão sobrecarregados com as demandas complexas das sociedades.

O Terceiro Setor, o qual não será tratado como entidade filantrópica, mas sim, como parceiro e executor de Políticas Públicas Sociais junto ao Estado, apresenta

expectativa de suprir alguns problemas estatais de prestação de Políticas Públicas/ atividades públicas. Dentro deste viés, é pujante compreendermos e contextualizarmos o Terceiro Setor frente ao novo marco teórico, e analisar as formas, os mecanismos e os instrumentos de gestão democrática à luz da Lei n. 13.019/2014.

A gestão pública brasileira contemporânea, apresenta traços de quatro momentos históricos da administração pública: o modelo patrimonialista, o burocrático, o gerencial e o pós gerencial, sendo que, neste último, há uma valorização da democracia participativa. Esses modelos levam em conta as mudanças sociais ocorridas no país, buscando se aperfeiçoar de acordo com as necessidades e deficiências deixadas pelo modelo anterior, e destacando a real função do Estado e dos instrumentos adotados para a sua organização. (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Neste contexto, Farah (2001, p. 3-4) acrescenta,

[...] no Brasil ocorreu com viés de reconstrução da esfera pública, “orientado para a democratização da gestão e das políticas públicas no país”, a descentralização da prestação de serviços públicos. Esta descentralização não se trata de privatização, [...] mas de novas formas de articulação com a sociedade civil e com o setor privado, visando à garantia da provisão de serviços públicos ou à construção de novas modalidades de solidariedade social, ocorrendo a substituição do modelo de provisão estatal por um modelo em que o Estado deixa de ser o provedor direto exclusivo e passa a ser o coordenador e fiscalizador de serviços que podem ser prestados pela sociedade civil ou pelo mercado ou em parceria com estes setores. [...] a descentralização não significa apenas transferir atribuições, de forma a garantir eficiência, mas é vista sobretudo como redistribuição de poder, favorecendo a democratização das relações entre Estado e sociedade, bem como do acesso aos serviços.

Farah apresenta uma descentralização baseada não na transferência de atribuições, mas também, como forma de democratização das relações, favorecendo as relações entre estado e sociedade. (FARAH, 2001).

O autor ainda acrescenta que “[...] tanto para a formulação de programas quanto para a provisão dos serviços públicos, [...], as políticas sociais já escapam ao modelo tradicional de políticas sociais como atribuição exclusiva do Estado.” (FARAH, 2001, p. 23).

Também, nesse sentido, Merege e Barbosa (2001, p.45), relatam que:

[...] o estado regulador é o Estado Mínimo, utopia conservadora insustentável ante as desigualdades das sociedades atuais. O Estado deve ser regulador e promotor dos serviços sociais básicos e econômicos estratégicos. Precisa

garantir a prestação de serviços de saúde de forma universal, mas não deter o domínio de todos os hospitais necessários; precisa assegurar o oferecimento de ensino de qualidade aos cidadãos, mas não estatizar todo o ensino. Os serviços sociais devem ser fortemente financiados pelo Estado, assegurados de forma imparcial pelo Estado, mas não necessariamente realizados pelo aparato do Estado.

Do ponto de vista prático, a participação das OSC's, nas políticas públicas, poderá se operar desde a identificação dos problemas enfrentados pela sociedade no seu âmbito de atuação, por meio de participação de conselhos, comissões, comitês, conferências e compartilhamento de experiências de tecnologias sociais, até na execução propriamente dita, por intermédio das parcerias voluntárias previstas no novo marco regulatório, envolvendo ou não repasse de recursos públicos (MEREGE; BARBOSA, 2001).

Para além da execução, a atuação do Terceiro Setor nas políticas públicas também poderá envolver a fiscalização e a avaliação, quando estas forem desempenhadas diretamente pelo Estado (BRASIL, 2016, p.15).

Em outras palavras, o Estado deixou de ser o único executor de políticas públicas, especialmente as sociais e, começou a priorizar o seu papel de articulador, fomentador e regulador das mesmas. Em decorrência disso, cresceu a participação de outros atores da sociedade, tais como a Iniciativa Privada e a sociedade civil organizada (Terceiro Setor).

Diante das considerações dos autores Bresser-Pereira e Farah, o Estado em seu protagonismo, deve disponibilizar ações que permitam a participação de representantes da sociedade civil, pois, averiguar e fiscalizar a forma como estão sendo conduzidos os recursos públicos repassados ao Terceiro Setor é obrigação que compete não só ao Estado, mas de toda a sociedade, uma vez que o principal intuito das parcerias é a de melhorar a qualidade de vida das pessoas e de toda a comunidade.

Para o melhor desempenho das políticas públicas, a participação da sociedade de forma democrática tem sido o novo mandato nos meios da gestão política, sendo utilizados vários mecanismos apontados na literatura brasileira, os quais serão discorridos no capítulo a seguir.

3.1.2 Democracia e Sociedade Participativa

A sociedade civil organizada brasileira foi uma das grandes forças políticas que clamavam pela redemocratização durante o regime militar (1964-1985). Em paralelo à luta contra a ditadura, os movimentos e organizações da sociedade civil buscavam a ampliação da participação, sendo responsáveis pela criação de uma Carta Magna que contemplasse espaços de participação da sociedade civil, como os conselhos e os mecanismos de controle público (VIVAS, 2012).

Devido a tal cenário, surgiu a necessidade de se discutir um novo modelo de gestão pública, o denominado modelo pós-gerencial, social, democrático, que valoriza a participação popular nos processos políticos. Tal modelo possui três fundamentos: o econômico-financeiro, relacionado aos problemas financeiros e aos investimentos estatais, abarcando questões de natureza fiscal, tributária e monetárias; o institucional-administrativo, que se relaciona com os problemas de organização e articulação dos órgãos estatais (dificuldades de planejamento, direção, controle e profissionalização dos servidores públicos) e; o fundamento sociopolítico, que abrange a relação entre o Estado e a sociedade, os direitos de cidadania e, especificamente, o de participar da gestão pública (PAES DE PAULA, 2005).

Corroborando com estas mudanças, Vivas (2012, p.2) ressalta:

Logo após a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993, o Brasil buscou criar e sistematizar uma política de direitos humanos, contemplando a realização de Conferências Nacionais e a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos. Tal fato evidencia que os fundamentos consensuados em Viena passaram a ser o norte dos militantes de direitos humanos em direção ao qual foram construídos os projetos, os programas e as políticas de efetivação de direitos em todo o território nacional.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos chama a atenção, desde então, para a íntima relação entre democracia, direitos humanos e desenvolvimento, promulgada com a Declaração e o Plano de Ação de Viena. Se a democracia é o regime mais adequado para o respeito aos direitos humanos, conforme foi estatuído na Conferência de Viena de 1993, as políticas específicas de direitos humanos devem ser tão democráticas e participativas quanto possível. Contudo, já naquela época se tinha em mente que o grau de densidade democrática e de participação exigido deve ser construído a partir da constituição sociocultural de cada região e levar em consideração as características de cada política pública.

Ainda, diante das grandes mudanças ocorridas neste período, com base na promulgação da Constituição Federal de 1988, foram criados vários dos principais conselhos gestores na área de políticas sociais, como o Conselho Nacional de Saúde (Lei nº 8.142/90), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.242/91) e o Conselho Nacional de Assistência Social (Lei nº 8.742/93) (VITALE, 2008).

Com o processo de democratização trazido pela promulgação da Constituição Federal em 1988, houve a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, a ampliação da dimensão da cidadania e da democracia, e uma nova concepção do papel do Estado. Ganha destaque o princípio da participação popular na gestão pública, presente no parágrafo único do artigo 1º da CF/88, o qual afirma que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente nos termos desta constituição” (BRASIL, 2018).

Instrumentos de democracia participativa também podem ser verificados, por exemplo, nas seguintes previsões constitucionais:

Artigo 37. § 3º, CF: A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I as reclamações de serviços públicos em geral [...].

Artigo 206 CF: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] IV – gestão democrática do ensino público, na forma da Lei (BRASIL, 2018, p.45).

Desse modo, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988 modificou a relação do Estado com a sociedade, tendo por base a participação de organizações civis na formulação e cogestão das políticas públicas, através, por exemplo, de espaços de participação direta nas decisões dos governos: os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais.

Para fins deste estudo, no tocante dos mecanismos da participação popular em prol da democracia e cidadania plena, de acordo com o estatuto da cidade no artigo 2º da lei 10257/01 [...] “a participação popular passa a ser uma das diretrizes obrigatórias para os municípios, que devem instituir com eficiência e eficácia a participação popular no âmbito municipal” (MUKAI, 2008).

Fortalecendo este conceito, para Maria Victória Benevides Soares traz à tona que:

[...] o cidadão, além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. Isso significa que a antiga e a persistente distinção entre a esfera do Estado e da sociedade civil esbate-se, perdendo a tradicional nitidez. Além disso, essa possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma a soberania popular como elemento essencial da democracia (SOARES, 1991, p.12).

Adentrando ao conceito da democracia, segundo Bobbio (1983, p.56) “se entende por democracia um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade”.

A palavra democracia é derivação de dois termos de origem grega em meados do século VI a.c.: *démos* e *kratía*. O primeiro, *demos*, significa genericamente povo ou comunidade de cidadãos. Já o termo *kratía* deriva de *krátos*, governo, poder. Daí o conceito de democracia como governo do povo, governo de todos os cidadãos (ARANHA, 2010).

A democracia partia do pressuposto de que todos eram iguais perante a lei e tinham o mesmo direito à palavra. Por isso, conceitualmente, a democracia grega caracterizava-se por três valores: igualdade, liberdade e participação (ARANHA, 2010, p.4).

Segundo Goyard-Fabre (2003, p.02):

[...] a democracia efetivamente designa, tanto hoje como ontem, um modo de governo no qual o povo exerce seu poder, e o exerce de forma direta, ela adota diversas figuras expressas pelos inúmeros adjetivos que a qualificam: é geralmente dita representativa (o povo age por meio de seus representantes); fala-se também de democracia governada (o povo é soberano, mas delega seus poderes), ou governante (caso em que o papel dos partidos é fundamental), ou até consenciente (caso em que o povo é passivo) [...] Declaram-na liberal ou socialista, e até popular ou ainda plural.

Para Santos (2001, p.269), uma sociedade democrática está relacionada a emancipação, pontuando que:

A emancipação é tão relacional como o poder contra o qual se insurge. Não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que

criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais. As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder, não como resultado automático de qualquer contradição essencial, mas como resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas.

Já Freire (2000, p.25) argumenta que a democracia da sociedade e a autonomia dos seres humanos continuam a ser um sonho:

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa.

O autor ainda ressalta que “[...] nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (FREIRE, 2000, p.136). Portanto, pode-se entender que a democracia, a liberdade e a autonomia são processos de construção para uma sociedade justa, fundada na liberdade e na igualdade de oportunidades para todos.

Neste breve esboço sobre a questão da democracia, em seu sentido mais amplo, a proposta inicial é pontuar que a democracia está intimamente ligada à igualdade, liberdade e aos direitos sociais e humanos. No entanto, mergulhar no contexto histórico que marca o Brasil um país que possui uma democracia não consolidada, novas discussões ao tema são pertinentes para avaliarmos os avanços e retrocessos no cenário global e da trajetória brasileira.

Em suma, a participação popular se mostra de grande importância para o melhor atingimento das finalidades públicas pelos governantes. Conhecer as necessidades, expectativas e carências sociais serão sempre a melhor forma de sustentar a tomada de uma decisão pública.

Cabe, no entanto, discutir o grau de apoio à democracia e como o nível de insatisfação com o seu funcionamento, numa sociedade com enormes desigualdades sociais, pode, ou não, vir a comprometer sua legitimidade ao longo do tempo. Diante destas considerações, é válido conhecer o novo marco teórico do terceiro setor, que fortalece o estímulo da democracia na conjuntura atual. Assunto a qual será tratado a seguir.

3.1.3 O novo marco teórico do Terceiro Setor - Lei Federal 13.019/2014: Principais avanços.

Recentemente foi promulgada, pela União, a Lei n. 13.019/2014, que estabelece o novo marco regulatório das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (OSCs).

A Lei n. 13.019/2014, ao dispor sobre parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, refere-se, portanto, aos convênios, ainda que a norma tenha utilizado outras expressões (Termo de colaboração e Termo de fomento). Aliás, o legislador é pródigo na criação de novas nomenclaturas para instrumentos que, na essência, se encaixam no gênero “convênios”, tal como ocorre com os contratos de programa, contratos de repasse, contratos de gestão, termos de parceria, termos de cooperação, etc. (OLIVEIRA, 2014).

Os convênios, em contraste com os contratos, que apresentam obrigações contrapostas entre as partes, são ajustes que decorrem da convergência de interesses entre seus partícipes. Dessa forma, o convênio disciplina a transferência de recursos públicos, visando à execução de programa de interesse público que envolve a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação e, tem como partícipes, de um lado órgão ou entidade da Administração Pública e, de outro, órgão ou entidade da Administração Pública ou entidade privada sem fins lucrativos (DE FIGUEIREDO LOPES et al., 2015).

Em convênio, os partícipes, buscam realizar um objetivo comum; pode haver repasse de recursos ou bens, desde que vinculado à realização do objetivo e acompanhado por prestação de contas; e os convenientes podem ter liberdade para desistirem do ajuste celebrado, independentemente de penalidades. Dessa forma, não veiculam obrigações recíprocas e contrapostas, mas esforços convergentes, o que exclui a exigência de procedimento licitatório prévio. Isso se deve ao fato de que o valor colaborado impede a competição e singulariza o objeto (RIBEIRO, 2013).

De forma geral, são vários os avanços no novo marco regulatório e se concentram em maior ênfase no planejamento, elevação dos níveis de transparência e participação, ampliação de acesso, limitação à utilização inadequada da cooperação

com OSC's, autonomia, possibilidade de execução em rede do projeto, autorização para o custeio de despesas institucionais e simplificação e melhoria dos instrumentos de controle (DORA, 2013).

Por essa razão, é justo enaltecer e reconhecer a qualidade técnica da lei n.13.019/2014 em razão dos inúmeros progressos, no sentido de um ideal participativo de um verdadeiro estado democrático de direito. Em outra perspectiva, a principal vantagem na ótica das ONG's, no que diz respeito aos moldes de parceria a ser firmada com Estado, consiste na própria experiência da parceria, como informa Lima Neto (2013), uma vez que permite melhor conhecimento das engrenagens estatais e conduz ganhos de credibilidade e visibilidade à ONG. Além disso, a maior abrangência das ações permite à ONG a diversificação do público-alvo e consequente potencialização de resultados.

Em síntese, é possível concluir que a Lei n. 13.019/2014 representa um importante avanço na busca de segurança jurídica, democratização e eficiência na atuação consensual da administração pública brasileira.

Dentro deste breve preâmbulo que rege Lei Federal 13.019/2014, no capítulo posterior será abordado a importância do objeto de estudo, e a sua efetiva contribuição a sociedade.

3.2 A CRECHE E SUA DIMENSÃO SOCIAL

Segundo Haddad (1989), as creches surgiram durante o século XIX, nos países norte-americanos e europeus, e no Brasil, no início do século XX, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade da reprodução da força de trabalho a ser composta por seres capazes, nutridos, higiênicos e sem doenças.

Com relação ao atendimento prestado especificamente à infância, as primeiras instituições criadas com essa finalidade na Europa foram as salas de asilo ou salas de custódia. "Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa". (KISHIMOTO, 1988, p. 44).

De acordo com Oliveira (2002), até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas em creches não era comum no Brasil. Mas a partir da segunda metade do século XIX, essa situação começa a se modificar. Somente a partir dos anos oitenta é que tiveram início no Brasil debates sobre a função da creche na sociedade, momento no qual, a creche passa a ser pensada e reivindicada como um lugar de educação coletiva para as crianças, verificando-se, assim, a busca pela superação da visão do papel assistencialista com o qual sempre foi identificada.

Para Rizzo (2003), o aumento significativo no atendimento em creches acabou refletindo uma tendência à universalização da educação infantil. Reforça-se, portanto, a concepção de que a creche constitui um bem, uma conquista, um direito não só para o filho da mãe trabalhadora, mas uma instituição educacional potencialmente destinada a todas as crianças.

Segundo Bondioli (2004, p.12):

A creche é um local de vida cotidiana, construída de espaços, materiais e objetos ao alcance das crianças, com propostas educativas concretas, onde a distribuição do tempo e do espaço está ligada aos modos de educar, que envolvem a relação do ensinar e aprender, em um processo que inclui presteza dos adultos e a curiosidade e necessidades das crianças. A autora comenta ainda que para a creche proporcionar a oportunidade de crescimento para os sujeitos, nela envolvidos, é necessário que ocorra o aperfeiçoamento profissional dos funcionários e uma ampla visão destes para as reais aspirações dos pequenos, além de fatores administrativos desenvolvidos, e estrutura física que atenda à evolução das crianças.

Oliveira (2002), afirma que a educação da criança em creches, suas práticas educativas e conceitos básicos, foram baseados em situações e necessidades da sociedade, que geraram regulamentações e leis como políticas públicas.

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se constatar que a creche nos tempos primórdios era de caráter assistencialista e sem vínculo algum com o poder público. Neste período, igrejas e casas de família serviam de amparo em apoio as crianças e aos pais que compunham a classe operária.

Ancorando-se na concepção de Oliveira (2002), nos anos 60, 70 e 80, período este, marcado por grandes transformações urbanas, sociais e culturais, no cenário Brasileiro, com isso, despertou na sociedade a busca de melhores condições de vida e de trabalho; surgindo novas leis constitucionalistas para atender as

exigências da modernidade com o advento de novas Políticas Públicas, em benefício aos direitos dos cidadãos. Sob a égide da constituição federal de 1988, tema este que será tratado com maior profundidade posteriormente.

3.2.1 A nova Constituição de 1988 e os direitos sociais.

Dentro da Constituição da República de 1988, o direito à creche é contextualizado dentre dos direitos sociais. Embora, muitos afirmem que este direito social se restrinja à área educacional, não podemos negar que também possua uma pesada carga assistencial, já que se trata de equipamento imprescindível às famílias de baixa renda, sem o qual o trabalho de muitas pessoas restaria inviabilizado (MIRANDA, 2013).

Esta conclusão é extraída do artigo 7º, inciso XXV, da Constituição da República de 1988:

(...)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas Em regulamentação ao comando normativo constitucional, dispõe a Lei Ordinária Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes Básicas da Educação - LDB) que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Denota-se, por conseguinte, que muito além do viés educacional que a creche possui, este instrumento desempenha imprescindível papel assistencial, pois como já dissemos, é uma ferramenta viabilizadora do emprego de muitas pessoas. Prescreve o art. 208, IV da Constituição da República que: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

O ECA, por seu turno, repete quase literalmente o dispositivo constitucional, porém amplia a faixa etária que deve ser atendida por este aparelho educacional e assistencial:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade

No mesmo sentido dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

Veja-se que o legislador foi ainda além, ao dispor que esta creche deve ser próxima à residência da criança, senão, consultemos novamente o ECA:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

(...)

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Como visto, é inegável o direito à creche, direito este gratuito e universal, pois todas as pessoas podem utilizá-lo, independentemente de possuírem condições de custear na iniciativa privada (MIRANDA, 2013, p.2).

Conforme aponta Miranda (2013), a creche sofreu inúmeras transformações, chegando hoje a uma definição legal que pretende colocar um fim às discussões sobre seu principal objetivo.

Segundo Rizzo (2003), a LDB de 1996, o artigo 29, passa a mencionar a creche no sistema de educação infantil que junto com a educação pré-escolar se torna a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de desenvolver integralmente a criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, considerando o ser em todos os seus aspectos.

Enquanto as constituições anteriores viam o atendimento à infância somente na condição assistencialista, de amparo à infância pobre, necessitada, a nova Constituição nomeia formas de garantir não somente esse amparo, mas também a educação da criança. Ao subordinar o atendimento em creches e pré-escolas à área da educação, a Constituição de 1988 dá o primeiro passo rumo à superação do caráter assistencialista que até então predominava nos programas de atendimento à infância (SPADA, 2005, p.5).

Em outros tempos, antes da constituição de 1988 existir, durante o governo de Getúlio Vargas, especificamente durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o Estado assume oficialmente as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde (SPADA, 2005).

A rede pública de creches no Estado de São Paulo aparece ligada ao Serviço de Assistência Social, serviço estruturado a partir de 1950 para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas (SPADA, 2005).

Nesse período, tanto nos Estados quanto nos municípios, entidades filantrópicas recebiam auxílio governamental para manter suas obras assistenciais. Porém, não havia um compromisso por parte do poder público estadual em criar e manter entidades que atendessem às crianças provenientes de camadas populares. “Inicialmente, a ajuda pública era restrita. Em 1962, por exemplo, era subvencionada a manutenção pelo governo municipal de apenas cem crianças”. (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989, p.39).

Diante das observações apresentadas, ficam evidentes os avanços e progressos de cunho social apresentadas na nova constituição, onde a criança deve receber cuidados em todos os seus aspectos, pois evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover o seu desenvolvimento intelectual e a sua integração à sociedade.

4 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

“O caminho para o desenvolvimento social e econômico seja de um país ou de uma organização passa necessariamente pela administração.”

Idalberto Chiavenato

O termo desenvolvimento deixou de espelhar somente acontecimentos e processos estritamente econômicos, tais como o aumento do produto real *per capita* ou o aumento da produtividade dos processos de produção. Desde 1970, incorporaram-se ao conceito de desenvolvimento diversas noções que passam, inclusive, a justificar o começo de novas expressões associadas ao desenvolvimento, como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, de acordo com o economista Amartya Sen (2010). Amartya Sen recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em memória de Alfred Nobel, ao proferir que o desenvolvimento de um país está ligado às oportunidades das pessoas em ter acesso às escolhas e expansão das liberdades humanas.

Sen, nasceu em Santiniketan, na Índia, em 3 de dezembro de 1933. Economista, filósofo e escritor, lecionou na *London School of Economics*, *Delhi School of Economics*, Universidade de *Harvard* e Universidade de *Oxford* e, atualmente, é reitor da Universidade de *Cambridge* e um dos criadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento das Organizações das Nações Unidas, na ONU.

Em 1993, Sen, juntamente com *Mahbud Ul Haq*, instituíram o Índice do Desenvolvimento Humano, o IDH, o qual vem sendo usado pelo Programa das Nações Unidas quanto ao Desenvolvimento em relatório anual. É autor de várias obras, entre elas “Desenvolvimento como Liberdade”, publicado no ano de 2000 (PNUD, 2010).

No desenrolar de sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen pontua que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população, de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também, segurança, liberdade, habitação e cultura. Para o autor, vive-se em um mundo de opulência sem precedentes, além de privação e opressão extraordinárias e ele cita que “o desenvolvimento consiste na eliminação de

privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadãos” (SEN, 2010, p. 9).

Segundo Sen, um país é mais desenvolvido quando se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles possuem capacidades crescentes de ser e fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar, ao invés de enfocar os meios de que as pessoas se utilizam para obterem o estilo de vida que desejam, sendo a renda o principal desses meios (SEN, 2010).

A ótica de Sen (2010) volta-se para aquilo que o autor, justificadamente, considera os fins do processo de desenvolvimento, ou seja, as próprias pessoas. De acordo com o autor, não há uma definição determinada para o termo desenvolvimento na abordagem das capacidades humanas. Porém, é possível refletir sobre uma progressiva do núcleo do significado deste termo, por meio de uma análise sobre um conjunto de caracterizações fornecidas pelo autor:

1. O desenvolvimento pode ser visto com o processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam.
2. É por causa dessas interconexões entre as liberdades de diferentes tipos que a livre e sustentável condição de agente emerge como o principal motor do desenvolvimento.
3. A lacuna entre as duas perspectivas (uma concentrada exclusivamente na riqueza econômica e um foco mais amplo sobre as vidas que se pode levar) é uma questão fundamental na conceituação de desenvolvimento.
4. Uma concepção adequada de desenvolvimento tem que ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do produto nacional bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem ignorar a importância do crescimento econômico, tem que se olhar muito além dele (SEN, 2010, p. 34).

O conjunto de caracterizações na abordagem das capacidades humanas, não pretende esgotar o universo de aplicações possíveis do conceito de desenvolvimento. O propósito é apenas chamar a atenção para aspectos relevantes do conceito de Sen sobre o desenvolvimento.

O autor alude que o desenvolvimento é o aumento da capacidade que a pessoa tem de atingir o seu fim último, o seu bem e a sua felicidade, em que, no contexto da abordagem das capacidades humanas, o termo desenvolvimento se apresenta como um processo complexo, cujos fins devem ser as pessoas, com os seus almejados objetivos, estilos e qualidade de vida.

Para que o desenvolvimento seja realmente usufruído, é preciso banir

as “principais fontes de privação de liberdade” (SEN, 2000, p.18). São elas: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos” (SEN, 2000, p.18).

O fim do desenvolvimento é associado à liberdade, isto é, à potência pessoal de se conseguir a vida que se deseja. Nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, colocada no centro da abordagem do desenvolvimento como liberdade, onde o ser se torna agente de suas próprias escolhas, prioridades e seus interesses.

Sen (2010) afirma que agente é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional. O agente não se orienta senão por seus motivos internos (normas, objetivos, razões, valores, etc.). Assim, a condição de agente é a capacidade de agir livremente das pessoas, segundo os seus próprios fins e normas.

Expandir as liberdades dos indivíduos é promover e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão. O desenvolvimento é um processo que envolve, fundamentalmente, a condição de agente das pessoas. Porém, tal condição pode ser limitada por vários fatores externos, como: a pobreza, a exclusão social, a falta de oportunidades econômicas, a intolerância, a tirania política, a negação de direitos civis.

Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como estes, chamados por Sen, de fontes de privação das liberdades dos indivíduos.

Observa-se que, o desenvolvimento das sociedades modernas e sua propagação pelo mundo deram aos seres humanos, maiores possibilidades de desfrutarem uma existência mais segura e gratificante, do que as épocas anteriores, mas também, apresentaram um lado sombrio. Segundo Giddens (1991, p.16), “o mundo moderno se apresenta ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e o péssimo, por quanto se lhe abre o caminho da liberdade ou da escravidão, do progresso ou do regresso, da fraternidade ou do ódio”.

Pode-se compreender que o principal desafio da globalização está na heterogeneidade representada pelas desigualdades de riqueza, poder, oportunidades políticas, sociais e econômicas. “A questão não é somente se os pobres também

ganham alguma coisa com a globalização, mas se nela eles participam equitativamente e dela recebem oportunidades justas” (SEN; KLIKSBURG, 2010.p.32).

Com esse estudo pode-se notar que, diante de toda a complexidade inerente ao processo de desenvolvimento, o apoio do Estado em parceria com as ONG's e, juntamente com a comunidade, passa a ser uma medida contemporânea que transforma e liberta, sendo um caminho privilegiado na consolidação de valores e comportamentos sustentáveis para o desenvolvimento.

4.1 O DESENVOLVIMENTO SOB OUTRAS PERSPECTIVAS

O termo desenvolvimento, no âmbito acadêmico, pode ser interpretado por múltiplas concepções, dentre eles: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento capitalista, o desenvolvimento local/regional, o desenvolvimento como mito e desenvolvimento como liberdade, conforme proferido anteriormente.

Por se tratar de um tema amplo e de grandes dimensões, este subcapítulo visa exibir o discurso de vários conceitos que descrevem o desenvolvimentismo, considerando as principais ideias que retratam o progresso social-econômico-político.

Furtado (1967) configura, inicialmente, o desenvolvimento como reocupação política, fruto das grandes transformações acarretadas pela Segunda Guerra Mundial, com o desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional. Importante trabalho coube, nesta primeira fase, às novas instituições internacionais, como a ONU (Organizações das Nações Unidas)

Segundo Vieira e Santos (2012. P.347-348):

O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade desclassificá-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito

desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade.

Essa relação entre progresso econômico e desenvolvimento é abordada por Jaguaribe (1962. p.19).

O desenvolvimento, como ideia, se distingue e de certo modo se põe à ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualizações são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para a sua crescente racionalização.

Na ótica de Bresser-Pereira (2006, p.1),

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Bresser-Pereira (2006, p.22) declara ainda que:

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão "desenvolvimento econômico", como sinônimo de "desenvolvimento".

Para Furtado (1967), o desenvolvimento econômico está relacionado ao crescimento da somatória de diversos fatores, que envolvem desde o acúmulo de conhecimentos científicos, até a aplicabilidade de tecnologias em relação ao conhecimento adquirido.

No Brasil, a incorporação de progresso técnico é raramente observada, já que seus empreendimentos nascem quase que por necessidade, sem elementos de inovação em seus produtos e serviços, quando comparado aos países desenvolvidos (FURTADO, 1967).

Adentrando no viés político, o desenvolvimento econômico precisa de garantias como a ordem pública, a estabilidade política e o bom funcionamento do

mercado, o que pode oportunizar resultados que estimule o investimento e a inovação. O Estado tem que ser forte e legítimo, capaz de formular políticas públicas que fomentem o bom funcionamento da nação (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Veiga (2005, p.81) atribui ao desenvolvimento uma ideia tanto política quanto econômica e que está diretamente relacionada ao humano.

O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

Nesta linha de pensamento, vale transcrever os ensinamentos de Nusdeo (2013, p.372):

“O desenvolvimento envolve uma série infindável de modificações de ordem qualitativa e quantitativa, de tal maneira a conduzir a uma radical mudança de estrutura da economia e da própria sociedade do país em questão. Mesmo quando tais mudanças são quantitativamente expressas, elas traem ou revelam uma massa substancial de alterações de natureza qualitativa, inclusive de ordem psicológica, cultural e política. Daí surge a diferença entre desenvolvimento e crescimento. Este último seria apenas o crescimento da renda e do PIB, porém, sem implicar ou trazer uma mudança estrutural mais profunda. E isso por duas razões alternativas: ou porque tal transformação estrutural já se verificou e o país, portanto, já se desenvolveu, ou então o crescimento é apenas transitório e não se autossutentará, justamente por não conseguir alterar a estrutura. Pode dar-se o crescimento quando, em razão de um fator às vezes exógeno, isto é, externo ao sistema em foco, este último passa a aumentar acentuadamente o seu PIB e a sua renda, sem alterar, porém, a sua estrutura produtiva e as suas características sociais. Trata-se mais de um surto e não de um processo”.

No sentido capitalista, o autor Singer, (2004, p.9) pontua que:

“O Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos guiados pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados”.

Diante das considerações expostas, conclui-se que o desenvolvimento deve ser estudado e entendido de modo transdisciplinar, tendo como enfoque uma abordagem multidimensional.

Assim, viu-se a definição de desenvolvimento ao longo dos pontos mais relevantes de sua evolução conceitual, desde seu entendimento meramente econômico, até sua multifacetada característica contemporânea.

O diálogo estabelecido entre as afirmações dos autores, provou-se sólido e um tanto quanto atual, dada a importância da esfera social no estudo e compreensão sobre o que se deve ter por desenvolvimento, transcendendo, assim, a visão estritamente econômica do fenômeno.

Diante dos conceitos de desenvolvimento, percebe-se que as ONGs, na atualidade, cumprem o seu papel como agentes em prol da sustentabilidade, já que contribuem nos aspectos econômico e social no local em que está inserida, quer por meio do desenvolvimento humano ocasionado pela educação, quer pelo incremento da renda da população e até pelas mudanças e abrangências econômicas provocadas no cenário local/regional.

4.2 A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMO VETOR AO DESENVOLVIMENTO.

O mundo contemporâneo passa por um processo de transformação, abrangendo principalmente as áreas de tecnologia, informação e comunicação. A globalização encurtou as distâncias e universalizou as relações, cobrando das organizações ações mais precisas e eficientes por parte de seus gestores, exigindo um novo perfil profissional, a fim de amenizar os impactos que afetam a vida dos negócios e dos administradores.

Segundo Chiavenato (2004, p. 04):

O mundo atual é um mundo de organizações. Todas as principais atividades necessárias à vida em sociedade são realizadas e interligadas por organizações. Vivemos em organizações, trabalhamos nelas e dependemos delas para tudo o que fazemos: finanças, saúde, educação, segurança, alimentação, vestuário, transporte, religião, entretenimento, etc. O propósito de cada organização é prestar algum serviço, produto ou benefício a sociedade em geral e a cada cliente em particular. À medida que uma empresa é bem-sucedida, ela tende a crescer, aumentar suas operações e incrementar seus recursos e competências. E para ser bem-sucedida a organização precisa ser administrada. A administração é imprescindível para o sucesso de qualquer organização.

Diante destas considerações mencionadas pelo autor, os gestores necessitam conhecer a administração e suas especificidades com o propósito de manterem sua empregabilidade, tornando-se mais responsáveis pelas constantes demandas atuais, visto que a empregabilidade, o conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que tornam um executivo/profissional importante não apenas para sua organização, mas para toda e qualquer empresa. Pois este passa a ter qualidade empregável, representando, desta forma, um conceito dinâmico referente ao mundo do trabalho neste mercado globalizado (CARVALHO, 2009. p.63)

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE (2012), é por meio de planejamento ser possível prever os recursos necessários para alcançar os objetivos traçados e se preparar para problemas que possam aparecer. O grande desafio do administrador do novo milênio é mudar esse quadro marcado por complexidades e se adequar aos novos tempos, onde o futuro profissional deve estar apto para uma nova cultura mundial que exige um perfil profissional multifuncional, qualificado em diversas áreas, além de ter capacidade adaptativa de propor novas estruturas, sistemas e processos, que visam adequar todo o comportamento organizacional às novas exigências que se fazem necessárias na condução das organizações em prol da sua permanência no mercado.

Através destes preceitos, grandes autores da administração contemporânea são unânimes em citar a gestão organizacional como sendo um elemento determinante para o desenvolvimento social, econômico e cultural de determinada localidade.

Para o autor Drucker apud Chiavenato (2014, p.510), “não existe países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas países bem administrados ou subadministrados. O mesmo ocorre com as organizações. A administração é o motor principal dos países e organizações. O desenvolvimento é a sua consequência direta. Ela é causa, e não a consequência do desenvolvimento”. Diante deste pensamento, é dada a relevância da ampliação da participação da empresa no mercado, vislumbrando igualmente claro esforço para o aumento qualitativo na capacidade competitiva das empresas.

Para que haja o desenvolvimento, segundo o conceito de Chiavenato (2014, p.311), “as organizações devem ter capacidade adaptativa às mudanças que ocorrem no ambiente”. Com base nessa afirmação, compreende-se a necessidade

constante de uma identidade cultural bem definida da organização, com seus valores, missão e suas crenças. A identidade corporativa desempenha um papel fundamental nas empresas, especialmente em tempos de crise, já que favorece o planejamento estratégico e colabora com a viabilidade do negócio e seu desenvolvimento sustentável, orientando o presente e o futuro da organização. (CHIAVENATO, 2014).

Chiavenato (2014, p.507) cita ainda que toda organização busca maximizar seus lucros e, “ao maximizar lucros, a organização maximiza a sua riqueza e beneficia a sociedade ao criar novos empregos, pagar salários justos que melhoram a vida dos funcionários, melhoram as condições de trabalho e contribuem para o bem-estar público pagando impostos e oferecendo produtos e serviços aos clientes”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Chiavenato (2014, p.54) ressalta que o funcionário beneficiado pelos lucros e alta produtividade do seu trabalho, respectivamente obterá uma melhor qualidade de vida em suas necessidades, seja, na educação, lazer, saúde, e para o crescimento econômico de sua comunidade.

Guerra (2013, p.61) salienta que:

O processo de gestão deve ser aplicado em todos os níveis das organizações sejam elas: públicas, privadas e pertencentes ao terceiro setor. Tal fato se torna cada vez mais necessário diante do momento histórico gerencial no século XXI, considerando que a globalização, a concorrência e a tecnologia avançada geram impactos profundos nas questões sociais políticas e econômicas.

O autor ainda destaca:

Cabe à gestão a otimização do funcionamento das organizações através da tomada de decisões racionais e fundamentadas na escolha e no tratamento de dados e informação relevantes, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento e para a satisfação dos interesses de todos os seus participantes (GUERRA, 2013, p.61).

Guerra (2013, p.131) argumenta, “a gestão das Fundações deve ser profissionalizada, isto significa que o gestor, preferencialmente, deve ter formação para lidar com as peculiaridades do cotidiano que a função impõe”.

Sendo assim, analisando toda a estrutura do objeto de estudo, a Creche de São Tomás de Aquino, este capítulo visa revelar o papel do gestor como um dos principais agentes de mudanças na promoção da qualidade de vida da sociedade. Sendo o principal protagonista no controle e planejamento de suas ações, espera-se deste profissional o gerenciamento dos repasses e verbas advindos dos órgãos

públicos, o aperfeiçoamento constante e capacitação dos seus funcionários, investimento em tecnologias, manutenção predial, controle de estoque e atendimento às principais exigências e necessidades da comunidade, dentre outros.

Por todos esses aspectos, é notório que, para o desenvolvimento local e regional, no prisma da inovação, gestão corporativa e sustentabilidade, os atores públicos e privados tornam-se os principais responsáveis pelas estratégias de crescimento e desenvolvimento de suas municipalidades, sendo pertinente o conhecimento da ciência administrativa e seus construtos.

Portanto, como medida de avanço e motor para o desenvolvimento, é imprescindível o elo e a transparência dos órgãos públicos/privados e a sociedade civil, posto que estejam em sintonia para que o progresso, objetivos e metas nas políticas públicas sejam alcançados.

Enfim, pode-se concluir que a forma de como são administradas, controladas e planejadas as ações estratégicas, que envolvem o objeto de estudo como agente de mudanças na sociedade, impactam diretamente e positivamente no âmbito local e regional, assunto este que será abordado com maior profundidade no capítulo a seguir.

4.2.1 Responsabilidade Social empresarial e os *Stakeholders*

Para Chiavenato (1999, p.447), “[...] entre uma empresa que assume uma postura de integração social e contribuição para a sociedade e outra voltada para si própria e ignorando o resto, a tendência do consumidor é ficar com a primeira.”

Daft (1999, p.88) define a responsabilidade social como sendo “[...] a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização”.

Corroborando com a ótica de Chiavenato, a responsabilidade social corporativa é vista, na literatura, como um comprometimento ético do gestor, que contribui para o desenvolvimento econômico da empresa e para a qualidade de vida dos empregados, de seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo. O objetivo da empresa não é somente o lucro, mas também a promoção de um

desenvolvimento sustentável e transparente, ao mesmo tempo em que se responde satisfatoriamente aos *stakeholders* (CHIAVENATO, 2003).

Para auxiliar as empresas, a teoria na área de Administração tem colocado a gestão do relacionamento com os *stakeholders* como mais um caminho na construção da vantagem competitiva para as organizações. Não basta mais adotar a visão tradicional que focava na análise de pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, nem na visão baseada em recursos, mas é importante conhecer cada um dos *stakeholders* e construir com esses grupos um relacionamento de mão dupla, no qual os dois lados ganhem. (CHIAVENATO, 2003).

No meio acadêmico, existem diferentes estudos e teorias no que se refere à classificação de *stakeholders*.

A definição de *stakeholders* apresentada por R. Edward Freeman, em seu livro *Strategic Management* de 1984, ainda é a mais utilizada no que se refere ao assunto. Freeman define *stakeholders* como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pelo alcance de um objetivo por uma organização” (FREEMAN, 1984. p.53). Esses grupos, classificados por Freeman (1984) como *stakeholders*, possuem diferentes interesses acerca das atividades e objetivos dessa empresa, dado que afetam ou são afetados por ela. Essa inter-relação dos grupos de interesse pode ser melhor compreendida na Figura 6 a seguir:

Figura 6 - Mapa dos Stakeholders



Fonte: Baseado em Freeman (1984, p.25).

Freeman afirma, ainda, que os *stakeholders* devem ser compreendidos em três níveis estratégicos:

- 1) Na perspectiva racional, na qual se deve compreender quem são os *stakeholders* dentro de uma organização e qual é a sua participação percebida;
- 2) Na compreensão da abordagem dos *stakeholders* pela organização e se esse processo está alinhado com os interesses da organização; e,
- 3) No entendimento das transações relativas ao relacionamento entre organização e *stakeholders*.

Ou seja, do ponto de vista estratégico, a organização deve identificar o grupo ou indivíduo que é afetado por suas ações, avaliar se qualquer relacionamento a ser desenvolvido com estes *stakeholders* está alinhado com a missão, visão e plano estratégico da organização e, a partir do momento que há um relacionamento estabelecido, quais os ganhos que a organização obtém com essa relação.

Oliveira (2008, p. 94) define *stakeholders* como “grupos de interesse com certa legitimidade que exercem influência junto às empresas” e que pressionam proprietários, acionistas e gestores, interferindo, de certa forma, nos rumos da empresa. Portanto, a abordagem de *stakeholders* é aquela que prioriza o gerenciamento de relacionamentos entre os diversos atores que compõem o universo empresarial, procurando integrar esses diferentes interesses..

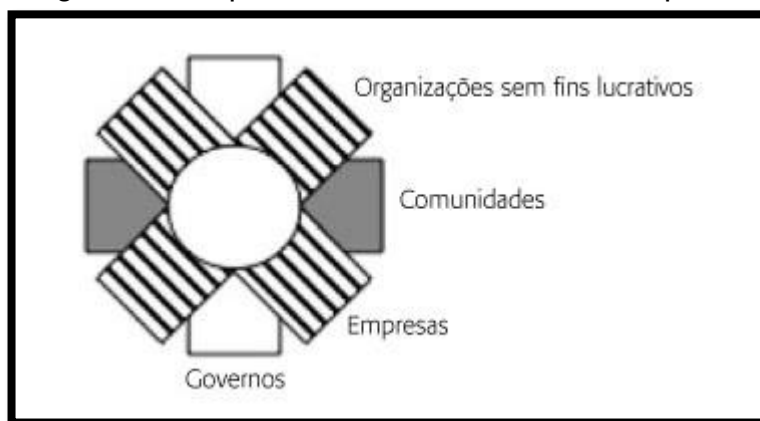
Sendo a comunidade um *stakeholder* do grupo, Sousa e Almeida (2006, p.29) salientam que o *stakeholder* respalda a legalidade e a moralidade operacional da empresa. Porém, “suas demandas são mais passivas e indiretas do que a dos outros *stakeholders*”. A expectativa da comunidade é que a organização opere de forma ética e com responsabilidade social. Por isso o gestor, além de agir com ética, deve mostrar-se ético, pois, perdendo a credibilidade diante da comunidade, dificilmente a recuperará.

Oliveira (2008) afirma que na gestão sustentada em *stakeholders*, a atenção deverá estar voltada simultaneamente tanto para os diversos *stakeholders*, quanto para as políticas gerais e responsabilidade social nas tomadas de decisões. Essa necessidade de atenção simultânea é fruto dos múltiplos objetivos, os quais deverão ser integrados pelo gestor, que deverá considerar sempre a responsabilidade social da empresa ou responsabilidade social corporativa.

O autor ainda define Responsabilidade Social Corporativa como sendo as respostas, nas áreas econômicas, legais, éticas e filantrópicas, que a empresa deve dar, durante a sua existência, à sociedade (OLIVEIRA, 2008).

Sustentando o conceito de Oliveira, Chiavenato, e Freeman, o autor O'Connell (2000, p.475) apresenta, na Figura 7, essa integração simultânea dos grupos de interesse, onde o encontro entre esses vários elementos resulta na constituição plural que envolve indivíduos, comunidades, governos, empresas e organizações sem fins lucrativos (ONGs) que possuem diferentes papéis e fronteiras.

Figura 7 - Grupos de interesse da comunidade pública



Fonte: O'Connell (2000, p.475)

Considerando o objeto de pesquisa, é fundamental compreender a gama de inter-relações entre os atores do poder público, o papel de cada dirigente e os grupos envolvidos, para melhor elucidar a dimensão e os fatores que provocam a melhoria contínua do padrão de vida de uma determinada comunidade local/regional que se apoia em um determinado modelo de gestão como pilar estratégico e sustentável com a finalidade de aperfeiçoar seus resultados e objetivos.

Novos estudos são pertinentes e podem ser desenvolvidos a partir destas reflexões, estendendo-se inclusive para uma abordagem mais específica aos aspectos relacionados à responsabilidade social nas organizações.

Em suma, diante das implicações abordadas, tornam-se evidentes e necessárias as mudanças nas organizações contemporâneas, enfatizando o predomínio da abordagem fundamentada na relação da organização com os seus *stakeholders*. Sendo esta, uma via alternativa como principal estratégica de estímulo para o desenvolvimento dos setores envolvidos em suas localidades.

5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

*“A educação modela as almas e recria os corações.
Ela é a alavanca das mudanças sociais”*

Paulo Freire

Após a pesquisa bibliográfica acerca dos temas: modernidade e pós-modernidade, globalização, Políticas Públicas, terceiro setor e o Desenvolvimento local/regional sob várias perspectivas, buscou-se conhecer a realidade do objeto de estudo em uma instituição pública (ONG).

O objetivo maior deste estudo é conhecer profundamente a importância de cada ação no dia-a-dia desta instituição e a sua fiel preocupação com o propósito de promover transformações sociais e, conseqüentemente, a qualidade de vida desta comunidade.

Portanto, neste capítulo, inicialmente são apresentados os procedimentos metodológicos, para em seguida, apresentar o contexto da entidade selecionada, o levantamento de dados e análise destes.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foi um estudo de caso em que sua estrutura se desenvolveu sob uma pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, tendo como base a pesquisa de campo composta por perguntas semiestruturadas para análise dos dados e resultados.

Para Minayo (2001, p.53), a pesquisa bibliográfica coloca a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento, as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivendo uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

A pesquisa pode ser formada por um motivo pessoal, quando a escolha do estudo é considerada de grande relevância no percurso profissional do pesquisador, ou também pela sua instrução acadêmica de argumentos estudados, pela formação acumulada de conteúdo e nível de conhecimento específico de determinado assunto, apontando algumas lacunas, criando possibilidades de explorar e aprofundar o conhecimento, com o intuito de progresso metodológico e relevância do problema (MINAYO, 2001).

Lakatos e Marconi (1992, p.44), afirmam:

[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Portanto, o caráter bibliográfico constitui o início desta pesquisa, se apoiando no conhecimento acadêmico e científico em teses, dissertações, artigos, livros, revistas e demais instrumentos de estudo.

Segundo Gil (2007), grande parte das pesquisas exploratórias é feita por um levantamento bibliográfico, composta por entrevistas com pessoas que estão inseridas ao problema pesquisado e análise de exemplos que possibilitem a compreensão, com a finalidade de proporcionar confiança com o tema pesquisado e torná-lo mais explícito.

Quanto à descrição Vergara (2000, p.47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. “Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (CASTRO, 1976, p. 66).

Diante desta consideração, a razão da pesquisa exploratória se dá pelo fato de analisar o fenômeno da globalização que delineia um novo paradigma, em especial, um novo sistema social e seus entraves, propondo um olhar para o futuro, com ações sustentáveis e duradouras que abarcam o pensamento progressista e do desenvolvimentismo.

A pesquisa em si, consiste em um estudo de caso que, segundo Minayo (2002) utiliza a estratégia de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO. 2002, p.57).

Diante disso, optou-se por uma entrevista de caráter semiestruturada para o progresso da pesquisa.

A entrevista semiestruturada possibilita que o entrevistado discorra sobre o tema abordado sem se fixar em indagações formuladas e Lakatos e Marconi (2003) defendem este tipo de pesquisa, pois propõe ao entrevistador liberdade para explorar mais amplamente uma questão e os entrevistados podem oferecer respostas dentro de uma conversação informal.

A entrevista em seu âmago traz consigo a essência do trabalho e sua profundidade, dando autonomia de forma emancipatória, e também uma visão sistêmica e multidisciplinar com maior concretude dos fatos. No objeto de estudo da presente pesquisa, a cooperação dos colaboradores é crucial dentro desse processo.

Visando atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida com a intenção de estruturar, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros (GIL, 2008).

5.2 A CRECHE: CONTEXTO HISTÓRICO, OBJETIVOS E REGIMENTO INTERNO

A creche fica no município de São Tomás de Aquino localizada ao Sul do Estado de Minas Gerais na micro região de São Sebastião do Paraíso, fundada no dia 19 de julho de 1991 e nomeada na ata da sede da Câmara Municipal como Creche

Municipal Orlando Soares Vilas Boas. A partir do ano 2015, a creche passou a ser nomeada como CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho, prestando sempre os serviços necessários a esta comunidade que comporta 7.042 habitantes **(ver Apêndice A)**.

5.2.1 Proposta e objetivos

A proposta política pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

Reconhecendo a importância das experiências vivenciadas na primeira infância e acreditando ser a educação um direito da criança, a creche formula seu Projeto Político Pedagógico voltado para o atendimento das necessidades básicas da educação, afeto e socialização, numa ação complementar à educação familiar e da comunidade.

A metodologia de ensino adotada pelo Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho está baseada na proposta sócio construtivista, cujo objetivo é levar a criança a construir o seu próprio conhecimento através da exploração do seu corpo, do espaço onde está inserida e das relações com o outro, ampliando sua capacidade de descoberta e construção de conhecimentos como sujeito histórico, crítico e participativo. As atividades são programadas de forma a inserir o conteúdo a ser trabalhado dentro do objetivo a ser alcançado pela Instituição, envolvendo a família e a comunidade.

Para prestar um atendimento de qualidade mantém seus funcionários constantemente atualizados.

Por ser uma instituição pública, seus recursos vem da entidade mantenedora, prefeitura Municipal, governo federal e estadual.

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da observação contínua e se faz mediante acompanhamento das etapas do desenvolvimento.

5.2.2 Diretrizes políticas e administrativas

O Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho, tem por objetivo reunir e explicitar os princípios norteadores da instituição e os fundamentos que determinam a grandeza da conduta dos que nela trabalham.

A sistematização dos processos administrativos tem fundamental importância para garantir a coerência entre todas as áreas da instituição, de modo que atuem com base nas mesmas diretrizes filosóficas, pedagógicas e administrativas.

Por ser um documento de gestão democrática, será objeto de permanente a reflexão coletiva no que se refere aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da instituição, a sua estrutura organizacional, as relações entre a comunidade escolar; a organização administrativa e pedagógica; os conteúdos curriculares; os procedimentos didáticos; as estratégias de avaliação e as atividades culturais.

Assim, o Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho tem como meta oferecer às crianças oportunidade de desenvolvimento cognitivo perceptivo-motor, afetivo e social, para que no futuro elas tenham condições de se tornarem pessoas adultas no amplo sentido do termo. A estrutura do pensamento infantil exige que a criança conheça seu mundo e crie seus valores formando juízos pessoais, disciplinando sua conduta e ao mesmo tempo se tornando um ser autônomo e autoconfiante.

5.2.3 Missão

Os pais que procuram o Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho possuem algo em comum: além do cuidar e educar, dão valor a outras habilidades além das cognitivas e buscam uma educação humanista, crítica e significativa, para que possam contribuir na aprendizagem e desenvolvimento das

capacidades de relação interpessoal, de ser e estar com outros, de aceitação, respeito e confiança.

Acompanhando as mudanças da atualidade, as práticas educacionais exigiram ações adequadas às necessidades educativas e aos cuidados específicos referentes à faixa etária, que pressupõem ainda o desenvolvimento de práticas de qualidade, as quais permitem a inserção de crianças no universo social, cultural, econômico e político da realidade brasileira. O Centro atende às crianças de forma integral em suas necessidades básicas de educação, afeto e socialização, num ambiente seguro e acolhedor.

O Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho atende crianças de todas as classes sociais, para os pais que trabalham diariamente, temporariamente, autonomamente ou por opção da família, por recomendação médica, ou em situação de risco.

A educação infantil, especificamente o Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho está distribuída em:

- I – Berçário I: de 0 (zero) meses até 11 (onze) meses;
- II – Berçário II: de 1 (um) ano até 1 (um) ano e 11 (onze) meses;
- III – Maternal I: de 2 (dois) anos até 2 (dois) anos e 11 (onze) meses;
- IV – Maternal II: de 3 (três) anos até 3 (três) e 11 (onze) meses;
- V – 1º Período: de 4 (quatro) anos até 4 (quatro) anos e 11 (onze) meses.
- VI – 2º Período: de 5 (cinco) anos até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

(ver Anexo B)

5.2.4 Professores, Monitores e Funcionários

O Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho possui um quadro de servidores das seguintes categorias: 1 Diretor, 1 Vice-Diretor, 1 Supervisor Pedagógico, 5 Auxiliares de Apoio à Administração, 1 Nutricionista, 1 Auxiliar de Secretaria Escolar, 8 Monitores de Educação Infantil, 1 Professor de Educação Física.

Outros profissionais que cooperam para o bom desempenho da instituição em parceria são: Médico, Dentista, Fonoaudiólogo, Psicólogo e Assistente Social.

5.2.5 Avaliação Periódica

A avaliação no Centro de Educação Infantil não objetiva promover, mas é um instrumento diagnóstico e de tomada de decisão do professor em relação às crianças. Permite o aperfeiçoamento de estratégias e maior colaboração com o trabalho pedagógico.

A avaliação da criança é registrada em uma ficha individual com anotações feitas a cada bimestre, através de observações, onde são registradas mudanças e conquistas. São também observados os ritmos, a linguagem expressiva, a participação em jogos e brincadeiras diversas, ou seja, tudo e todo o tempo de permanência diária da criança na Instituição.

É de grande importância a valorização do esforço da criança, sem colocá-la em situações de comparação. A avaliação é um processo compartilhado que busca compreender como o outro aprende, o que aprende, o que sabe, o que não sabe, não só no final do processo, e sim enquanto realiza.

Para avaliar uma criança é necessário conhecê-la, conviver com ela, de modo a observá-la a partir das atividades propostas com objetivos direcionados à construção do conhecimento.

O Centro possui material pedagógico adequado para o desenvolvimento, com professores especializados, além de uma organização do tempo didático, a rotina, projetos bem planejados, atividades permanentes, como: roda de conversas; histórias; oficinas de desenho; pintura; modelagem e música, as quais favorecem na aprendizagem e no prazer da criança.

Contudo, o Centro almeja sempre melhorar o aperfeiçoamento da prática pedagógica, competência e habilidade.

5.2.6 Gestão Democrática: premissas básicas adotadas.

À medida que a relação da creche e da comunidade fica mais estreita, é possível desenvolver uma gestão democrática e autônoma, tanto no sistema como no interior dela.

Uma gestão democrática compartilha responsabilidades no processo de tomada de decisão para a concretização de relações necessárias numa ação conjunta. É preciso perseguir os princípios da autonomia entendida como uma proposição que permite a prática da busca de soluções próprias e mais adequadas para seus problemas, inclusive a participação e compromisso de todos os envolvidos no processo educacional com o sistema que envolve a instituição. Coletivamente, o objetivo primeiro da educação é o sucesso dos alunos.

Responsabilidade é o contínuo processo de comprovação pública do trabalho da instituição e dos esforços para melhorá-lo. O novo paradigma da gestão escolar é a ótica globalizada, já que cada um faz parte do sistema educacional como um todo. A ação coletiva promove espírito de equipe e gestão compartilhada, mobilizando talentos e energia humana. Há foco em processo contínuo, ideia de planejamento na busca de resultados a curto, médio e longo prazo.

5.2.7 Objetivos gerais da CMEI e metas

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos e 11 meses de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementação à ação da família e da comunidade. A Educação Infantil no Centro oferece atendimento às crianças de 0 (zero) meses a 3 anos e também são atendidas crianças em período parcial com idade de 4 e 5 anos.

Quanto aos objetivos do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho buscam-se:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais

independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e integração social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos articular seus interesses e pontos de vista com os demais respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, desejos, pensamentos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos, a avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer as manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeitando e participando frente a elas e valorizando a diversidade.

Quanto as metas, segundo a entrevistada, o Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho busca-se:

- **100%** das crianças sintam que o CMEI é um lugar prazeroso e cativante;
- **90%** das atividades sejam propícias de autoconhecimento, partindo da realidade das crianças, respeitando suas diversidades culturais e suas descobertas;
- **95%** das atividades lúdicas individuais ou em grupo promovam interação com o outro;
- Acompanhamento psicológico, odontológico, social, médico, fonoaudiólogo e fisioterapêutico;
- **85%** das reuniões e palestras educativas para os pais sejam atendidas;

- Projetos que contenham atividades diversificadas e propiciem o desenvolvimento integral da criança dentro da faixa etária;
- Funcionários participem dos grupos de estudos, palestras, reuniões e cursos que levem ao aperfeiçoamento dos profissionais;
- Realizar momentos de reflexão quanto às atividades desenvolvidas pelos funcionários visando o melhor desempenho.

5.3 FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO

5.3.1 Concepção de educação infantil

Primeira etapa da educação básica, oferecida em CMEIs, as quais se caracterizam como espaços institucionais, não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) meses a 5 anos e 11 meses no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

5.3.2 Concepção de ensino

A Educação Infantil exerce grande e definitiva influência na formação pessoal e social da criança, numa perspectiva de educação para cidadania, que se reflete na qualidade de formação do ser humano que interage ativamente no meio em que vive.

5.3.3 Concepção de Currículo

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular na Educação Infantil devem ter, como eixos norteadores, as interações e a brincadeira e garantir experiências sensoriais, expressivas corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.

Além disso, que favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio de vários gêneros e formas de expressão gestual, verbal, plástica, dramática e musical.

Também que possibilitem às crianças experiências narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral, escrita e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos. Que recriem contextos significativos para crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações de espaços temporais.

Ademais, que ampliem a confiança e participação das crianças nas atividades individuais e coletivas, que possibilitem situações de aprendizagem mediadas para elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização saúde e bem-estar, que incentivem a curiosidade, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, do tempo e a natureza.

Ainda, que promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura, promovam a interação, o cuidado, a preservação, a biodiversidade e sustentabilidade da vida na terra.

Por fim, a interação e o conhecimento das manifestações e tradições culturais e a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas.

5.3.4 Concepção de Aprendizagem

A aprendizagem significativa requer uma atividade intensa por parte da criança, devendo-se sempre levar em conta o conhecimento prévio de suas experiências sociais, afetivas e cognitivas. A observação é essencial em relação a gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, brincadeiras e toda forma de expressão.

5.3.5 Concepção de Avaliação

As instituições de Educação Infantil criam procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo a observação crítica e criativa das atividades e interações das crianças no cotidiano, utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns).

A avaliação é documentação específica que permite às famílias conhecer o trabalho da instituição, junto às crianças, e seu desenvolvimento e aprendizagem, visando a não retenção das crianças na Educação Infantil.

5.3.6 Concepção aluno/professor

O cuidado é parte integrante da Educação Infantil. Cuidar de uma criança é desenvolver com ela relações de afetividade, confiança e respeito mútuo e cooperação.

Educar e cuidar, valorizar, ajudar a desenvolver capacidades, é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica procedimentos específicos.

Cuidar é dar atenção à criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo a singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e o mundo, visando a ampliação desse conhecimento e de suas habilidades que aos poucos se tornarão mais independentes e mais autônomos.

5.3.7 Organização didática pedagógica curricular

A organização curricular do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho segue conteúdos e orientações didáticas por faixa etária, objetivando a elaboração de conhecimentos e diferentes linguagens, a construção da identidade, os processos de socialização e desenvolvimento da criança que propicia as aprendizagens consideradas essenciais.

Os conteúdos que formam os programas do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho são selecionados pelos monitores, diretora e supervisor pedagógico, trabalhados e relacionados de forma integrada e relacionados entre si.

Nos programas constam conteúdos que são considerados características particulares de cada grupo e suas necessidades, selecionadas e adequadas de forma que apresentem significados para as crianças **(Ver Anexo C)**.

5.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E MONITORES

São realizadas reuniões pedagógicas uma vez por semana, onde os professores e monitores estudam, trocam experiências e se preparam para o trabalho semanal.

O curso de pró-infantil ocorre uma vez por semana. Nele fala-se sobre elaboração de projetos, avaliação do ensino/aprendizagem, atividade

interdisciplinares, frequência, assiduidade, pontualidade, dificuldades, avanços, relacionamento social da criança e outros.

Cursos de capacitação são proporcionados aos funcionários para que os mesmos tenham condições de exercer suas atividades com eficiência dentro da proposta Político Pedagógica da Escola adotada pela CMEI.

5.5 RELACIONAMENTO DA CRECHE COM A COMUNIDADE

A família, primeira instituição social responsável pela criança, mesmo não existindo um único modelo, é também monoparental. O Centro acolhe as famílias valorizando-as nas suas diferenças.

Procura-se manter um intercâmbio e diálogo entre profissionais e pais, em que juntos procuram caminhos para atendimentos dos desejos e necessidades das crianças. As reuniões com os pais são trimestrais e, em casos especiais, os professores/responsáveis vão, presencialmente, na residência dos responsáveis..

5.6 ASPECTOS FINAIS: UM OLHAR PARA O FUTURO

A Educação Infantil deixou de ter apenas objetivo dos cuidados maternos, familiares, hoje tem que ser objetivo dos deveres públicos do estado e da sociedade como um todo. Portanto, o Centro Municipal de Educação Infantil Ana Tonin de Carvalho propõe um trabalho onde o conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim fruto de intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Como a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, pretende-se apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos, cujos direitos à infância sejam reconhecidos dentro de sua realidade social e cultural.

“A nossa grande proposta pretende viabilizar as ações educacionais juntamente com seus profissionais numa vivência de amor e respeito, permitindo a liberdade de pensar, criar, movimentar, fazer e ser plenamente. Com esta perspectiva pretende-se formar uma criança feliz e saudável” (Fala da diretora Geral da creche).

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

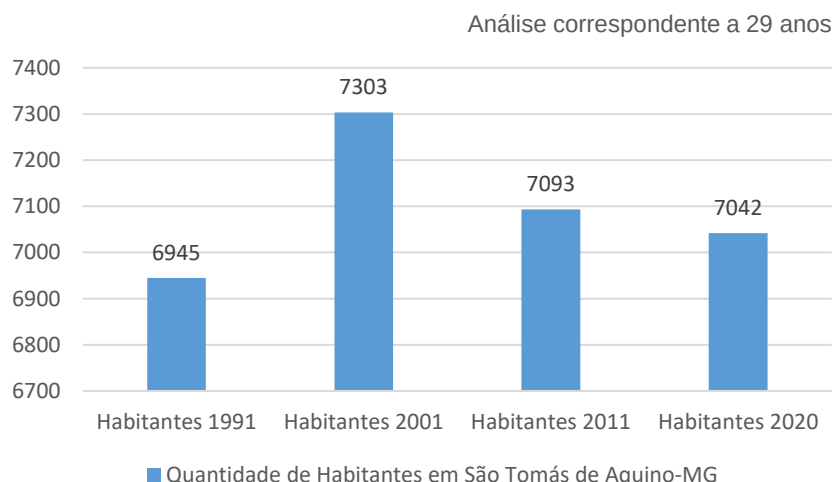
Paulo Freire

Todo o progresso da pesquisa teve como alicerce um roteiro de perguntas, sendo praticada de forma presencial e, no desenrolar do bate-papo foram brotando novas ideias que deram corpo e estrutura ao trabalho **(ver Apêndice A)**.

Apesar de a pesquisa ser de abordagem qualitativa, para maior concretude dos fatos elencados, alguns dados quantitativos devem ser levados em consideração, a fim de saber, de forma fidedigna, a dimensão do cenário atual pesquisado. Sendo assim, a dissertação ganha mais sentido e significado quanto a sua importância e o seu papel de emancipar o desenvolvimento social no ambiente a qual está inserida.

No primeiro momento, faz-se necessário conhecer o município de São Tomás de Aquino - MG e sua grandeza na atmosfera de pesquisa (local/regional/interestadual). Sendo um estudo com lapso temporal de quase 30 anos (1991-2020), mudanças no contexto social ocorreram neste período. O Gráfico 1 apresenta um tímido crescimento populacional entre o ano de 1991 até o ano de 2020.

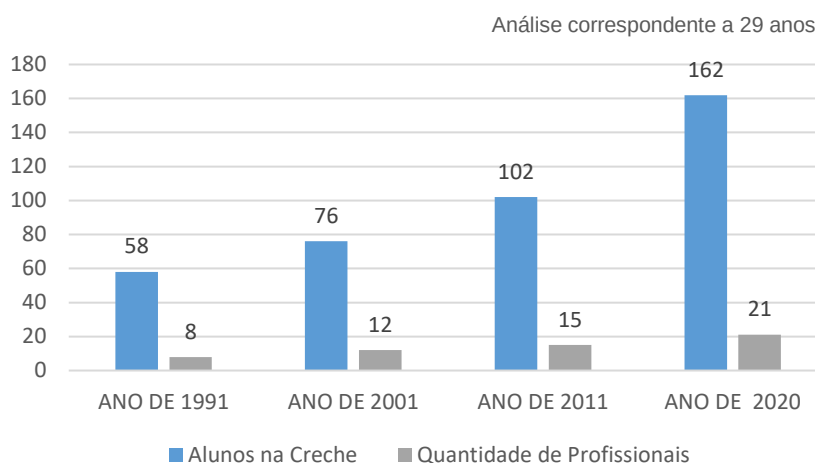
Gráfico 1: População de São Tomás de Aquino-MG



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Com base nos números apresentados no gráfico anterior, o município no ano de 1991, ano de fundação da Creche, consistia em seu território 6.945 habitantes, saltando para 7.042 habitantes em 2020. Apesar do pequeno crescimento no quesito populacional, em contrapartida a CMEI apresentou um abrupto crescimento na busca pelos seus serviços neste mesmo período, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2: Usuários da creche CMEI.

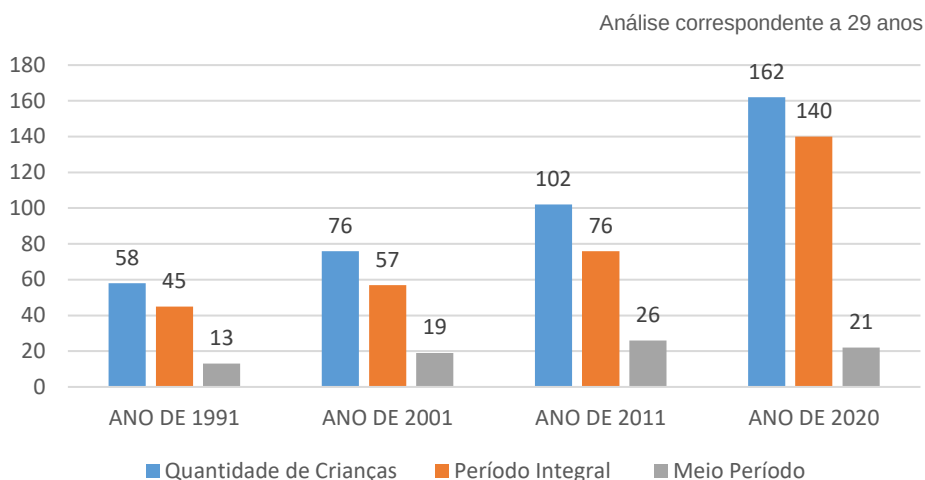


Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Observa-se que em 1991 o número de usuários era de 58 e, no ano de 2020, o número subiu para 162, o que possibilita afirmarmos um crescimento expressivo. Outro ponto a ser considerado no Gráfico 2 é que a quantidade de profissionais que compunha a CMEI neste período, saltou de 8 para 21 funcionários. Este aumento pode ser mais bem definido, devido às grandes mudanças e necessidades da modernidade que foram apresentadas nos capítulos anteriores.

Dentro desta análise, firma-se a necessidade dos serviços da creche para esta comunidade, observando que a maioria dos usuários fica em período integral se comparados com os usuários que ficam em meio período. Isso ocorre, pois muitos pais trabalham no campo (área rural), razão proferida pela própria Diretora da instituição. No Gráfico 3 é ilustrado este comparativo.

Gráfico 3 - Usuários em período integral e meio período.

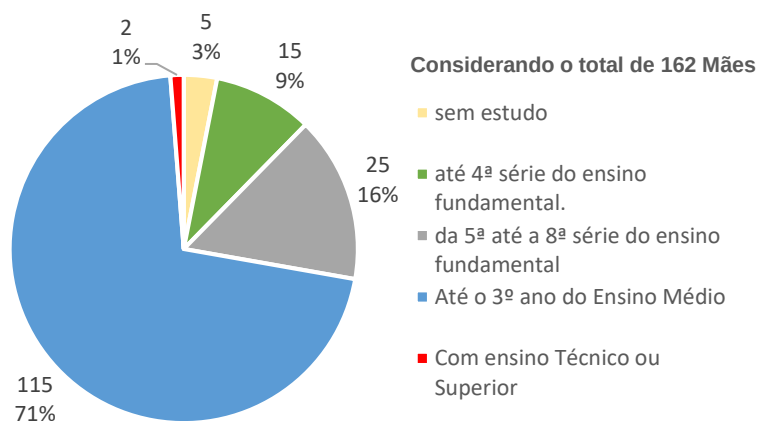


Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Com base no gráfico apresentado, considerando apenas o ano de 2020, é possível visualizar que a creche possui um total de 162 usuários, destes, 86% estão em período integral (140 usuários), enquanto que 14% ficam meio período (21 usuários). A creche, nos dias atuais, possui um limite para 244 pessoas, por isso, a escolha de períodos é decidida pelos pais.

Outro indicador mensurado que está correlacionado com a baixa renda e a vulnerabilidade deste município é o grau de escolaridade das mães das crianças. Foram avaliadas 162 mães, sendo que destas, 115 possuem o terceiro ano do ensino médio e apenas 2 possuem ensino superior. O Gráfico 4 ilustra esta situação e outros níveis de escolaridades avaliados.

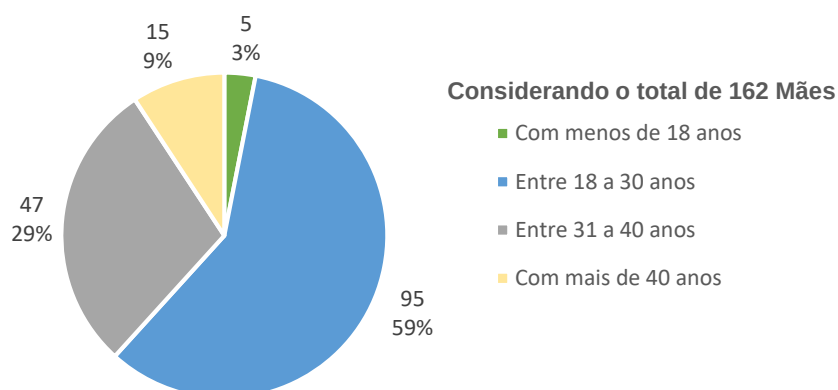
Gráfico 4 - Grau de escolaridade das Mães



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Concomitante ao gráfico anterior, analisando a faixa etária das mães, das 162, 59% possui entre 18 anos a 30 anos (95 mães) e 29% possui entre 31 a 40 anos (47 mães).

Gráfico 5 - Faixa etária das Mães



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

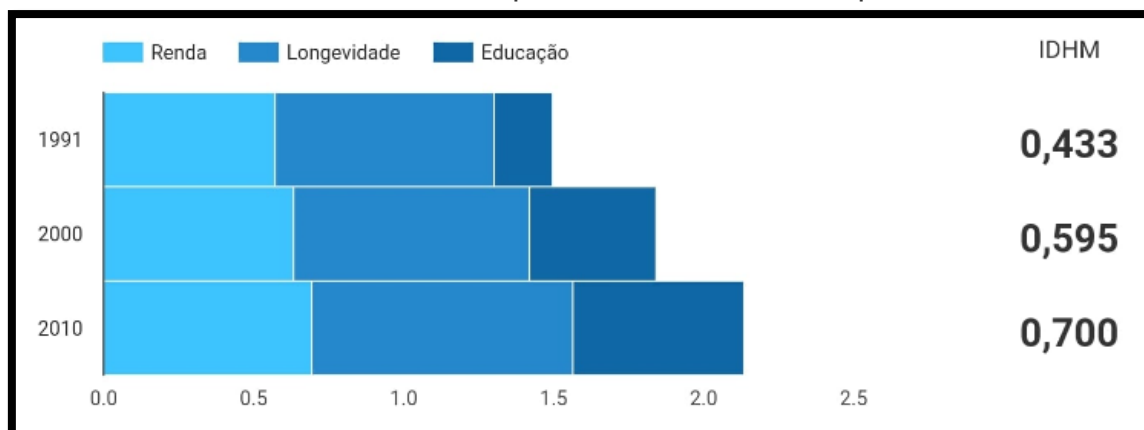
Analisando estes dados, pode-se apontar que, para ajudar a complementar a renda familiar, as mães são inseridas no mercado de trabalho muito cedo, antes mesmo de optar por uma carreira profissional, sendo este o principal motivo apontado pela procura dos pais a esta instituição, além da assistência necessária oferecida por ela no desenvolvimento educacional das crianças.

Com base nos Gráfico 4 e Gráfico 5 e no questionário aplicado, constatou-se que 97% das mães procuram a CMEI devido à grande necessidade de trabalho, sendo este um indicador analisado para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico desta comunidade.

Sob uma perspectiva panorâmica da cidade de São Tomás de Aquino-MG, dentro desta régua de estudo (1991-2020), o município vem apresentando um crescimento significativo em vários indicadores, no que tange a qualidade de vida e o desenvolvimento social nos últimos anos.

Segundo as fontes do PNUD¹³, IPEA¹⁴ e do FJP¹⁵ no último senso realizado no ano de 2010 neste município, apontam que o IDHM¹⁶ vem melhorando nas últimas décadas nos indicadores essenciais para o desenvolvimento local e humano, sendo eles: a renda, a longevidade e a educação como base de análise desta pesquisa. O Gráfico 6 elucida este crescimento..

Gráfico 6 - IDHM do município de São Tomás de Aquino¹⁷.



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

De acordo com o Gráfico 6, de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,433 para 0,700. Isso implica em uma taxa de crescimento de 61,66% para o município. Dentro desta análise, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,374), seguida por longevidade e por renda. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,874, seguida de Renda, com índice de 0,692, e por último, de Educação, com 0,568.

¹³ PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construírem uma vida mais digna.

¹⁴ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Ipea tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos. Ele dá apoio técnico e institucional ao Estado brasileiro na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

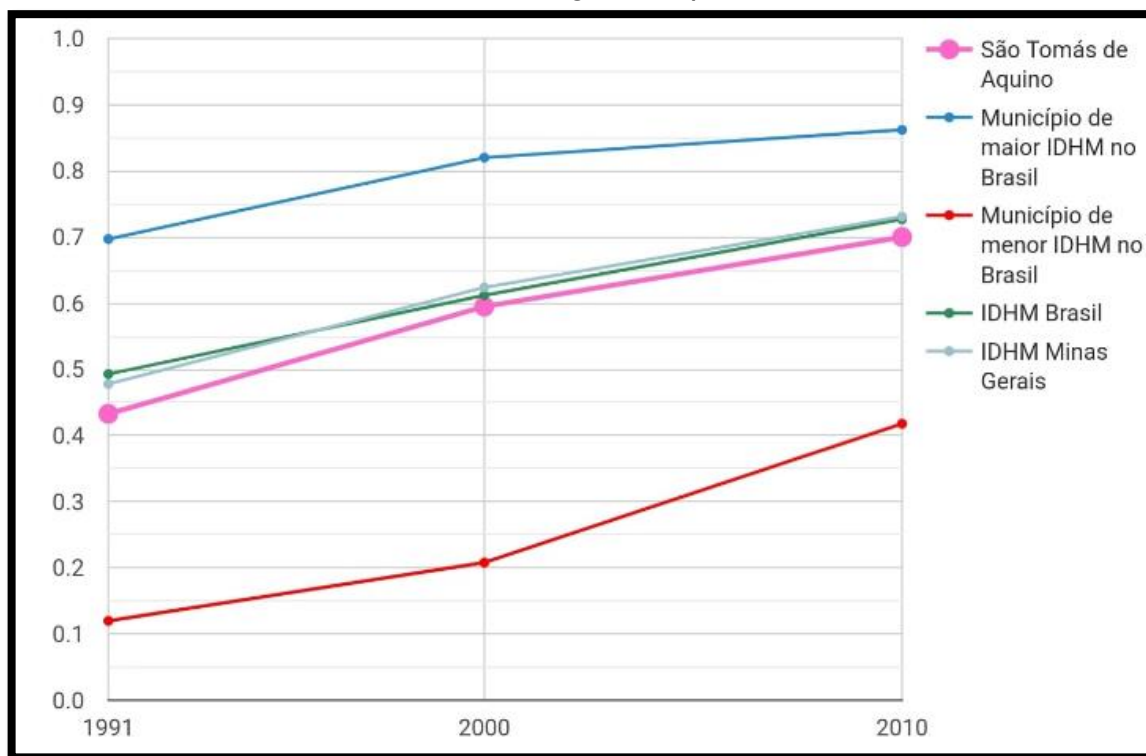
¹⁵ FJP - A Fundação João Pinheiro é uma entidade do governo de Minas Gerais de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais do Estado. Atua nas áreas de ensino de graduação, especialização e mestrado em Administração Pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômico-financeiros, demográficos e sociais.

¹⁶ IDHM - O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

¹⁷ Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-tomas-de-aquino_mg

Analisando por outro ângulo, o Gráfico 7 comenta este crescimento considerando outros indicadores regionais, como a posição a nível Brasil, estadual, municipal e o *ranking* entre o maior e menor IDHM.

Gráfico 7 - *Ranking* municipal - IDHM¹⁸



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Observa-se no Gráfico 7, que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) em São Tomás de Aquino é de 0,700, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). São Tomás de Aquino ocupa a 1904^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Dentro deste cenário, outros indicadores como a renda *per capita*¹⁹, pobreza e desigualdades devem ser considerados para avaliarmos as mudanças

¹⁸ Gráfico 7: Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-tomas-de-aquino_mg

¹⁹ **Renda per capita** - é um dos indicadores socioeconômicos que avaliam o grau de desenvolvimento econômico de um determinado lugar. A média é obtida através da divisão do Produto Nacional Bruto (PNB) pelo número total de habitantes.

efetivamente alcançadas neste município. Conforme o Quadro 2, é possível notar os progressos de cada período.

Quadro 2 - Renda *per capita*, índice de Gini/pobreza de São Tomás de Aquino²⁰

	1991	2000	2010
Renda per capita	281,01	411,50	593,38
% de extremamente pobres	8,94	3,33	1,81
% de pobres	35,10	13,36	5,94
Índice de Gini	0,47	0,46	0,43

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

De acordo com o quadro acima, a renda *per capita* média de São Tomás de Aquino cresceu 111,16% nas últimas duas décadas, passando de R\$281,01, em 1991, para R\$411,50, em 2000, e para R\$593,38, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento de 4,01%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,33%, entre 1991 e 2000, e 3,73%, entre 2000 e 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 35,10%, em 1991, para 13,36%, em 2000, e para 5,94%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini²¹, que passou de 0,47, em 1991, para 0,46, em 2000, e para 0,43, em 2010.

Em suma, todos os indicadores avaliados apresentaram evoluções positivas.

Diante das considerações apresentadas, é válido considerar que esses índices e resultados consistem no trabalho contínuo envolvendo múltiplas Políticas Públicas em vários biomas diferentes, quanto as políticas ambientais, de cidadania, sustentabilidade, educação, entre outras. Sendo assim, inserido nesta somatória, a creche CMEI tem a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico desta comunidade.

²⁰ **Quadro 2:** Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-tomas-de-aquino_mg. Acesso em 14 de Jul. 2020.

²¹ **Índice de Gini:** É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoas detém toda a renda do lugar.

Aprofundando esta análise, em sintonia com o discurso proferido neste trabalho pelo autor Leonardo Secchi, em sua visão multicêntrica, o desenvolvimento é o reflexo da harmonia nas políticas públicas que se interrelacionam gerando mudanças profundas em sanar todos os problemas públicos de uma determinada localidade.

Pensando a cerca do desenvolvimento social e humano, a creche CMEI a quase 30 anos (1991-2020) vem atuando como agente de mudanças sociais no município. Além de proporcionar ensino de qualidade e apoio a criança em todas as fases para o seu desenvolvimento, a CMEI tem como uma das suas premissas de sustentabilidade, fortalecer o apoio aos pais na inserção no mercado de trabalho, e com isso, estimular a economia desta cidade e, conseqüentemente, melhorar a vida destas famílias.

Outro ponto analisado no objeto de estudo, que não deve ser descartado nos dias atuais, sendo fator determinante para lidar com as pressões da atualidade e a sua permanência de forma ativa em seu propósito, são os trâmites de gestão, utilizados em seu cotidiano que fazem dela uma creche de resultados e objetivos alcançados.

Com base no questionário aplicado, a creche CMEI segue fielmente a conduta de ética exigida pelos projetos em andamento no município para o cumprimento das metas estipuladas e, tem como princípio básico atender a todos com qualidade, sem distinção. Segundo a entrevistada, “nosso grande segredo é estar mais próximo possível das famílias, só assim saberemos suas dificuldades e seus anseios para podermos ajudá-los. Nossa intenção é que todos estejam sempre presentes em nossas decisões, em reuniões, confraternizações e ouvindo-os sempre. Só assim saberemos se estamos no caminho certo!”

Conforme as informações obtidas, a creche CMEI possui profissionais capacitados e especializados em suas áreas (mencionados no capítulo 5) e sempre com capacitações periódicas e constantes.

Além disso, apoiam-se em projetos sustentáveis, que visam à reciclagem, preservação do meio-ambiente e cidadania para todos os membros que nela compõem, sendo os funcionários, professores, famílias e as crianças que fazem parte dela.

Quanto à política de gestão utilizada, sustentam-se em estratégias sempre em consenso de todos (Diretoria da creche, prefeitura e comunidade) e, para avaliá-los, o uso do computador tem sido o principal instrumento para a tomada de decisões, pois possuem em andamento planos a curto, médio e a longo prazo.

Para que os processos internos sejam otimizados em todo o seu recinto, tanto os professores quanto os diretores recebem constantemente, cursos, palestras e treinamentos que abordam a melhoria contínua dos processos, com o foco em desperdício, racionalidade, gestão nas políticas públicas e, principalmente, seguir e efetivar o padrão de qualidade exigido para atingir e beneficiar toda a comunidade.

Quanto as dificuldades enfrentadas pela ONG, apurou-se que os repasses advindos pela câmara municipal não são suficientes para cobrir as despesas mensais desta instituição, o que leva a gestão administrativa da creche trabalhar estrategicamente fazendo quermesses anuais, rifas, bingos e arrecadar donativos de empresários e agricultores da comunidade para auxiliar nas custas necessárias para o seu sustento.

Quanto aos resultados, em face das concepções apresentadas na estrutura do trabalho, o objetivo principal da pesquisa visa enaltecer a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a assistência social desta comunidade, sendo o agente transformador promovendo melhorias ao meio em que vive a instituição estudada (CMEI), trabalhando em harmonia com a comunidade.

Diante dos aspectos mensurados e explícitos no capítulo 5, ficaram evidentes o papel e a importância da CMEI a esta comunidade.

Em linhas gerais, a CMEI objetiva formar os primeiros saberes da criança, tornando-o um futuro cidadão competente, ético, crítico e criativo capaz de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e que concorra para o desenvolvimento da região e do país.

Assim, os agentes responsáveis, Terceiro setor, poder público e comunidade, devem permitir o progresso, a assistência às famílias, o fortalecimento e a diversidade da economia local, além de se preocupar com o ambiental e seus recursos, com políticas de inovações públicas, conseguindo, assim, um importante meio de combate à pobreza e melhorando seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

“A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação”

Maria Montessori

A pesquisa traz em seu bojo compreender a relevância e o papel do Terceiro Setor como agente de mudanças de desenvolvimento, diante dos problemas e desafios sociais que assolam o território brasileiro. Para tanto, o caminhar da pesquisa se desenrolou buscando responder todas as inquietações do pesquisador que foram ditas na introdução deste trabalho.

Em suma, a pesquisa em todo seu entorno procurou responder: O objeto de estudo cumpre o seu o papel social no município a qual está inserida?

Assim, este trabalho esforçou-se em conhecer e analisar as relações do Estado com a sociedade civil organizada e demonstrar que o Terceiro Setor, ao lado do Estado, é um instrumento alternativo para consecução de políticas públicas sociais e, sucessivamente promover a qualidade de vida da comunidade envolvida.

Sob uma perspectiva macro, multidisciplinar e globalizada, a proposta inicial da pesquisa quis apontar os dilemas que caracterizam o Brasil um país em desenvolvimento que, se comparado aos países ricos e desenvolvidos, apresenta grandes disparidades sociais no cenário atual em vários dos seus setores, como a falta de apoio assistencial na educação, saúde, desemprego, criminalidade, dentre outros.

Sendo assim, buscou-se uma concepção teórica de forma clara, objetiva e compreensiva da dinâmica atual do Brasil, abordando o conceito de Políticas Públicas, Terceiro Setor e o desenvolvimento social e humano de forma atual e compreensiva, na intenção de clarear essa gama de interrelações entre grupos diferentes, para a promoção do desenvolvimento local/regional e despertar a qualidade de vida da sociedade, propondo um cenário mais otimista e sustentável.

Todo o arcabouço teórico do trabalho foi construído e alicerçado a partir de uma pesquisa *in loco* com um roteiro de perguntas e respostas, analisando toda a trajetória histórica da ONG, avaliando suas condutas, práticas administrativas adotadas no seu dia-a-dia e seu posicionamento perante a sociedade, na tentativa de extrair todos os dados necessários com maior concretude dos fatos, no que tange a

promoção da qualidade de vida do município de cidade de São Tomás de Aquino - MG.

Quanto aos participantes da pesquisa e entrevistados, a recepção pelo tema tanto dos profissionais da creche (diretora, vice-diretora, todas as professoras e monitores), como também, das mães (sendo 5 no total) foram primordiais para alcançar um dado fidedigno do serviço prestado pela instituição e seu papel na comunidade.

Após todas as análises expostas, é possível concluir que, seguindo a lógica e estrutura do corpus da pesquisa, dentro da linha de Políticas Públicas, as práticas adotadas pela ONG se apresentam em sintonia com o discurso proferido pelo autor Leonardo Secchi, onde a instituição atua há mais 30 anos nesta comunidade buscando uma conduta e filosofia de trabalho pautadas pela ética, de forma democrática em prol da cidadania plena, exigindo fortemente a participação e interação de toda a comunidade, tanto nas sugestões de melhorias contínuas, quanto aos procedimentos pedagógicos, administrativos e político-sociais, na formulação, implementação e fiscalização nas Políticas Públicas.

No entanto, nas políticas públicas, a creche se apoia na atuação de que quanto maior o número de envolvidos no processo de formulação dos orçamentos, planos de governo e estratégias, menores são as chances de erro e maior assertividade quanto aos objetivos e metas desta instituição. Vale ressaltar que a creche prima pela qualidade, cumpre as metas estabelecidas pelo PNE (Plano Nacional da Educação) e tem como foco principal atender 100% das crianças do município.

Segundo as informações obtidas pela diretora da creche, “as conquistas do nosso dia-a-dia é o reflexo de um trabalho em conjunto que consiste no sincronismo, comprometimento e fidelidade entre todos, envolvendo a família, a comunidade, a câmara municipal e toda a equipe do CMEI. Só assim colheremos os melhores frutos!”

Contudo, dentro desse nó conceitual das Políticas Públicas, constatou-se que a CMEI tem a obrigação não apenas de prestar contas dos atos praticados com recursos públicos recebidos, mas também de todos os seus atos, pois a existência da mesma é de interesse de toda a sociedade e seus atos tendem a ser de interesse de todos.

Por isso, apurou-se que a sociedade e os conselhos responsáveis por fiscalizar a aplicação desses repasses devem trabalhar em conjunto, no sentido de que os recursos públicos de fato sejam utilizados de forma eficiente e que proporcionem uma melhor qualidade de vida para os seus usuários. Enfim, todas as mudanças necessárias devem ter sempre como ponto principal, a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

Quanto ao princípio de desenvolvimento, dois indicadores foram elencados na pesquisa sob essa temática: o primeiro, “o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen”, e o segundo, “a gestão organizacional como vetor fundamental ao desenvolvimento”. Dentro desta perspectiva, constatou-se que o primeiro indicador, embasando-se em todo conteúdo descrito no capítulo 5, evidencia todas as ações de cunho social e humano que a CMEI promove para a formação integral do sujeito.

A intenção da pesquisa não foi se aprofundar quanto aos conceitos apresentados na literatura que retrata a Educação no Brasil e seu contexto histórico, mas sim, compreender toda a versatilidade e robustez que uma única creche pode diretamente influenciar na transformação social desta comunidade.

Em uma sociedade capitalista, os procedimentos educacionais contemporâneos são frutos das transformações econômicas, políticas, tecnológicas, científicas e probabilidades de desenvolvimento social. Dentro deste contexto, sob a ótica de Amartya Sen, para que o desenvolvimento como liberdade seja atingido, é necessário que existam liberdades instrumentais. Essas liberdades referem-se às oportunidades que são os meios pelos quais as pessoas podem chegar ao que desejam. A educação é uma das liberdades instrumentais que levam ao processo de desenvolvimento e, a alfabetização é uma das várias vertentes dentro do processo educacional.

Com base nas constatações do autor Sen, a CMEI acolhe, educa, nutre, sustenta e concede apoio as famílias, construindo os primeiros saberes, desenvolvendo o sujeito para o mundo, tornando-os agentes autônomos e responsáveis em suas futuras escolhas, mostrando a eles uma visão multifacetada das necessidades atuais, o que os leva a escolherem o melhor caminho para uma vida mais digna, feliz, promissora e sem privações.

Analisando as práticas adotadas pela instituição CMEI e fazendo um paralelo a ótica de Sen, a condição de agente é a capacidade de livre agir das pessoas, mas só é possível realizar quando as condições ou oportunidades sociais forem dadas. Portanto, o fim do desenvolvimento está na conquista do bem-estar das pessoas, associado à qualidade de vida e liberdade, buscando o potencial pessoal de se conseguir o que se deseja na vida. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

Sendo assim, se embasando nesta teoria, a creche cumpre o seu papel social através de dois indicadores: sendo o primeiro, no viés social, onde uma quantia de crianças é beneficiada por esse bem assistencial ao mais encarecidos, descritas no capítulo 5, promovendo a formação intelectual, construindo os primeiros saberes e o desenvolvimento humano. E o segundo indicador está correlacionado ao viés econômico, onde os pais destas crianças estão em seu labor gerando trabalho e renda para melhor satisfazerem as suas necessidades pessoais e, sucessivamente, melhorando a sua qualidade de vida, enquanto seus filhos estão na creche.

Adentrado no segundo indicador, onde foi abordado “a gestão organizacional como vetor fundamental ao desenvolvimento”, sendo a CMEI um órgão público, vinculada a câmara municipal e toda a sua comunidade, o seu cotidiano é constituído por processos administrativos, planejamentos, métodos, controles internos, cobranças, acesso a tecnologias, estratégias, burocracias, regimentos, diferentes atores sociais envolvidos e entre outros. Com isso, faz-se necessário conhecer a sua dinâmica de trabalho atual, a fim de mensurar o quanto a ciência administrativa e a gestão contemporânea devem ser vistas como um pilar de sustentabilidade para o desenvolvimento de suas localidades e alavancarem o alcance dos seus objetivos.

Por esse motivo foi elaborado um questionário com perguntas e respostas com a intenção de conhecer o passo-a-passo utilizado pela CMEI no seu dia-a-dia. Vale ressaltar, que a intenção do pesquisador não é gerar um modelo padrão de gestão a ser seguido por demais organizações, mas sim, despertar vistas futuras da necessidade de tomar decisões mais assertivas se ancorando em teorias administrativas que regem esta temática.

Após a veracidade das informações coletadas, constatou-se que a CMEI segue em seu plano de trabalho um leque de boas práticas bem definidas e alinhadas em sintonia com a legislação. Sua gestão visa à expertise dos processos de forma clara e transparente, onde todo o planejamento consiste na redução de vícios, erros e distorções. Para que isso seja minimizado, a câmara municipal oferece não só aos gestores administrativos da CMEI, como também, a todos os profissionais que fazem parte desta organização, vários cursos de capacitação e atualização em suas respectivas áreas, constantemente.

Sendo a tecnologia um advento de facilidades na gestão corporativa no mundo contemporâneo, para conduzir os trâmites administrativos necessários desta organização, a diretora e vice-diretora e demais funcionários são conduzidos a esta tecnologia para otimizar e agilizar os processos necessários. Toda ação em andamento, planejamentos a curto-médio-longo prazo e a gestão dos controles internos é feita através desta ferramenta, como por exemplo: cadastros das crianças, dados logísticos, fornecedores, recursos humanos, gestão de estoque, controle financeiro, campanhas/eventos, espelho de ponto, infraestrutura, controle de materiais, dentre outros.

Observou-se que quando se administra recursos públicos deve-se ter em mente que é preciso dar clareza e transparência dos gastos realizados ao principal interessado, ou seja, a sociedade. Deve-se ter em mente que a boa gestão dos recursos públicos recebidos não está apenas em realizar uma boa execução dos mesmos, mas é preciso que se tenha um bom planejamento, um plano de trabalho bem definido e de claro entendimento, metas bem delineadas e, sobretudo, é preciso que as organizações permitam que a sociedade participe de forma prévia, concomitante e posterior às parcerias realizadas com o Estado.

Dentro desta temática, o intuito não foi se alongar em sua profundidade no mundo da ciência administrativa, por ser uma área complexa e abrangente, mas, criar brechas a respeito das práticas adotadas e seus efeitos que se inter-relacionam entre diversas ações executadas pela CMEI e grupos envolvidos (*stakeholders*) que estão intimamente ligados à capilaridade, flexibilidade e engajamento nas políticas relacionadas que contribuem na potencialização ao desenvolvimento local/regional.

Por fim, na pesquisa *in loco* realizada na CMEI, sendo o último capítulo desta pesquisa, a intenção do pesquisador foi demonstrar além do ponto de vista

histórico, esmiuçar todos os cuidados, manejos, doutrinas, condutas que fazem dessa ONG uma casa de apoio assistencial a esta comunidade, agindo fielmente em seu propósito para uma sociedade mais justa, igualitária atendendo os mais encarecidos com a finalidade de nivelar as desigualdades existentes em nossa nação.

A principal conclusão deste estudo, conforme a Constituição de 1988 que também nomeada constituição cidadã, considera que o Desenvolvimento Social é um processo que visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade. Percebe-se que a Organização pesquisada (CMEI) contribui com o desenvolvimento social ao disponibilizar acesso a alguns direitos sociais como: dispensário, moradia, alimentação, saúde, assistência social, apoio à criança, educação, lazer (atividades culturais) e propõe um ambiente saudável a seus usuários. Desta forma, os objetivos do presente estudo foram alcançados, conforme os resultados mostrados e sintetizados no capítulo 6.

Dentre outras considerações discutidas, a abordagem do tema Terceiro Setor como executor de Políticas Públicas Sociais, com base na literatura apresentada, ficaram evidentes que proporcionam maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas, onde através da corresponsabilidade e parcerias tem impulsionado a busca do bem comum, alcançar o desenvolvimento e a justiça social.

Portanto, nota-se que o tema não se esgota, acredita-se que essa dissertação possa ser fonte de pesquisa para fomentar novos estudos sobre o papel do Terceiro setor e sua contribuição para o desenvolvimento local/regional, além de incentivar outros pesquisadores e demais interessados.

Dentro do construto da pesquisa, nenhuma limitação foi encontrada quanto aos dados necessários oferecidos pela CMEI, câmara municipal e população desta cidade, o que facilitou enriquecer e aprofundar este estudo.

Como sugestão de pesquisa futura, adentrando na ciência administrativa e descaracterizando o modelo tradicional adotado pela maioria das organizações na atualidade, acredita-se ser pertinente um recorte mais concentrado do modelo de gestão estratégica aos *stakeholders* como principal via para impulsionar e promover o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. *Globalização e estado contemporâneo*. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

AMARAL, Roberto Galassi. *Terceiro Setor: a gestão do pensar, sentir e agir*. 2013. 306f. (tese em serviço social) Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências Humanas e Sociais, Franca, 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *A democracia: caderno uno internacional*. Nº8. 2010. 56p. Disponível em: <https://ola.coop.br/articles/oceb/0042/9955/pdf.pdf>

AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (Org.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília, DF: Ipea, 2013.

BABILÔNIA, Lara Luísa Marques. *Terceiro Setor e Publicização: Nova Dinâmica de Formulação e implementação de Políticas Públicas em Uberlândia* – MG. 2012. Disponível em: https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/babilc3b4nia_lara.pdf f Acesso 08 set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

B. P. Santos, A. Alberto, T.D.F.M.Lima, F.M.B. Charrua-Santos. *Indústria 4.0: desafios e oportunidades*. Revista Produção e Desenvolvimento, v.4, n.1, p.111-124, 2018. Disponível em: <http://revistas.cefetrij.br/index.php/producaoedesenvolvimento>. Acesso em: 11/05/19.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. *O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico*. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em 05.set. 2019

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. 2016. 496p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 06 set. 2018.

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.56.

BONDIOLI, Anna. *O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

CARVALHO, Pedro Carlos de. *Empregabilidade: a competência necessária para o sucesso no novo milênio*. 6.ed. Campinas: Alínea, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 19ªed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2015.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. 1998.

CASTRO, C. M. *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

COSTA, Selma Frossard. *O Espaço contemporâneo de fortalecimento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos: o Terceiro Setor em evidência*. IN: *O Desafio da Construção de uma Gestão Atualizada e Contextualizada na Educação Infantil: um estudo junto às creches e pré-escolas não governamentais que atuam na esfera da assistência social, no município de Londrina-Pr*. 2003; 233p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro. Ed: Campus. 1999.

_____. SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico*, 12ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. *Administração dos novos tempos*. 2ª ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2004.

_____. *Introdução à Teoria Geral da Administração* - 9ª Ed. Barueri/São Paulo. Editora Manole. 2014

DAFT, Richard L. *Administração*. Tradução. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1999.

DE FIGUEIREDO LOPES, Laís Vanessa Carvalho et al. *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014*. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0014/9447/MROSC_2015.pdf>. Acesso em: 1º out. 2019.

DORA, Denise Dourado; PANNUNZIO, Eduardo. *Em busca da ousadia*: comentários sobre o anteprojeto de lei apresentado pelo Grupo de Trabalho “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”. *Análise CPJA/DIREITO GV*, São Paulo, n. 1, p. 932, jun. 2013.

FARAH, Marta F. S. *Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo*. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-134, 2001.

FERNANDES, Rubem César. *O que é o terceiro setor?*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. 2.ed. São Paulo: GIFE, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.25-33. <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1091/3/1091.pdf>. Acesso em 08 set. 2018.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra: São Paulo, 1967.

FREEMAN, R. Edward. *Strategic Management*. Cambridge University Press, 1984.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. 4.ed. São Paulo: Cortez. 2001.

GOHN, Maria da Glória. *500 anos de lutas sociais no Brasil*: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v.5, n. 1, p.11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em 08 set. 2018.

GOYARD-FABRE. Simone. *O que é democracia*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DOWBOR, Ladislau. Et al. *Desafios Da Globalização*. 2º EDIÇÃO, PETROPOLIS, RJ, VOZES 1997.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População brasileira*. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-censoe-diz-que-brasil-tem-190755799-habitantes.html>. Acesso em 11/05/2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População de São Tomás de Aquino-MG*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-tomas-de-aquino/panorama>. Acesso em 08/05/2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Taxa de desemprego no Brasil*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

denoticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de2018. Acesso em 13/05/19.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010*. Estudos e Pesquisas de informação Econômica, Rio de Janeiro, n.20, 2012. Disponível: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/25/FASFIL%202010.pdf>. Acesso em 08 set. 2018.

GHANEM, Elie (Org). *Influir em Políticas Públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira*. São Paulo: Ashoka: Avina: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2007.

GIDDENS, Anthony; FIKER, Raul. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUERRA, José Alfredo de Pádua. *Gestão das Fundações e responsabilidade social*. Franca, 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/jose-alfredoguerra.pdf>>. Acesso em: 11 de set. 2018.

HADDAD, Lenira. *A creche em busca da identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo*. 2ed. São Paulo: Quiron; Loyola, 1989. 246p.

HEILBRONER, Robert L., Milberg, Willian. *A construção da sociedade econômica*. Tradução de Regina Garcez. Ed. Bookman. São Paulo/SP. 2008

IPEA. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*. Quantidade de ONGs no Brasil – 2018. Disponível em: <https://captadores.org.br/2018/07/13/brasil-tem-820-mil-ongs/> Acesso em: 11 de set. 2018.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Editora Fundo de Cultura S.A.: Rio de Janeiro, 1962.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

LAKATOS, Maria E. e MARCONI, Maria de A. *Metodologia do trabalho científico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*. Livro IV, v. III, São Paulo: Difel, 1985.

LIMA NETO, Fernando. *Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções*. Brasília: Ipea, 2013. (1820 Texto para Discussão).

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17431 >. Acesso em: 18 set. 2019.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATTOS; Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND. José Augusto. *O Terceiro Setor como Executor de Políticas Públicas: Ong's Ambientalistas Na Baía De Guanabara (1990-2001)*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 177-192, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a12n24.pdf>. Acesso em 07 set. 2018.

MEREGE, Luiz Carlos e BARBOSA, Maria Nazaré Lins. *Terceiro setor: reflexões sobre o marco legal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Rafael de Souza . *O direito à creche e o dever do Estado*. 2013 <https://rafaeldesouzamiranda.jusbrasil.com.br/artigos/111671296/o-direito-acreche-e-o-dever-do-estado>. ACESSO EM 02 out. 2019.

MOREIRA,M.M.,CORREA, P. G. *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. Rio de Janeiro: BNDES. 1996.

MUKAI, Toshio: *O Estatuto da Cidade*. Anotações à Lei no 10.257, de 10-7-2001. 2ºed. Rev. e atual São Paulo: Saraiva. 2008. 197p.

NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico*. 7. ed. Rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico: *Ranking mundial da educação*. Disponível em <https://www.metrojornal.com.br/brasil/2015/05/14/brasil-cai-duas-posicoes-emranking-mundial-educacao.html>. Acesso em 13/05/19.

O'CONNELL, B. *Civil society: definitions and descriptions*. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 471-478, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, José A. Puppim de. *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *O novo marco regulatório das parcerias entre a Administração e as organizações da sociedade civil: aspectos relevantes da Lei nº 13.019/2014*. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 12, n. 46, p. 9-32, jul./set. 2014.

OLIVEIRA, Z. M. R.; FERREIRA, M. C. R. *Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade – 1986*. In: ROSEMBERG, F. (Org.) *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 28-89.

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n.1, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05>. Acesso em 26 ago. 2019.

PNUD. Publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Equipe do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Disponível em: file:///C:/Users/Leandro/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em 26 jul. 2019.

RIBEIRO, Vera Masagão. *A luta por um marco regulatório para as organizações da sociedade civil*. Congresso Consad de Gestão Pública, 6., Brasília, 2013.

Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc/artigos/pesquisaabong>>. Acesso em: 20 Set. 2019.

RIZZO, Gilda. *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2003.

SALAMON, Lester. *Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2. Ed. São Paulo: GIFE; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 89-111.

SANTOS, Beatrice; LIMA, Tânia Miranda; AGOSTINHO, Alberto. RPD - Revista Produção e Desenvolvimento, v.4, n.1, p.111-124, 2018. Disponível em: <http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento>

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado*, In PEREIRA, L.C. Bresser, WILHEIM, Jorge & SOLA, Lourdes. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/ENAP, 1999.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEBRAE. *Políticas Públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas*. Organização Ricardo W. Caldas e Silvério Crestana. 1.ed. São Paulo. Sebrae. 2005.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Análise de Mercado*. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2018/06/confira-como-fazer-uma-pesquisa-de-mercado-para-seu-negocio.html>. 2012. Acesso em: 01 abr. 2020.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas, análises, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, Amartya. *O Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. KLIKSBURG, B. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Rev. Estudos Avançados. vol.18 no.51. São Paulo. May/Aug. 2004. Acesso em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000200001.

SILVA, Elcio Brito da Silva; et. al. *Automação & Sociedade: Quarta Revolução Industrial, um olhar para o Brasil*. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

SOARES, Maria Victória Benevides., *A Cidadania Ativa*, São Paulo, Ática, 1991.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias. Porto Alegre. Ano 8, n.16 (Jul/Dez de 2006), p. 20-45.

SOUSA, Almir ferreira de; ALMEIDA, Ricardo Jose. *O Valor da Empresa e a influência dos Stakeholders*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SPADA, A. C. M. *Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos*. In: Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, número 5, janeiro de 2005, p. 1-7. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf. Acesso em 06 de set. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. Cadernos da AATR BH p. 1-7, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 06 set. 2018.

THIESENA, Rafaela Dalabília. *A Evolução do Terceiro Setor Brasileiro e sua relação com o estado*. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/644>. Acesso em 07 set. 2018.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. *Desenvolvimento econômico regional* - uma revisão histórica e teórica. Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento - G&DR • v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil • Em: Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em 01 out. de 2019.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VITALE, Denise. *Democracia e participação na gestão de políticas públicas: teoria e prática*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.17, n.4, p. 1147-1154, jan./mar. 2008.

VIVAS, Marcelo Dayrell. Sociedade civil, políticas públicas e participação democrática. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3392, 14 out. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22782>. Acesso em: 14 out. 2019.

APÊNDICE A - Foto da creche e
localização do município de São Tomás de Aquino - MG



Este questionário tem como finalidade à pesquisa científica. Seu uso é exclusivamente científico, não sendo utilizado para outros fins.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

1. Em que ano a creche foi fundada?

R: _____

2. Quantas crianças a creche comporta na presente data? E qual o seu limite máximo?

R: _____

2.1 – Quantas crianças eram atendidas entre 1991 a 2001? R: _____

2.2 – Quantas crianças eram atendidas entre 2001 a 2011? R: _____

3. Qual a localidade do estabelecimento?

() Centro () Bairro () Periferia

4. Quantos funcionários compõe a creche? (*Considerando merendeiras, estagiários, e funcionários do setor administrativo*)

R: _____

4.1. Quanto aos profissionais formados/graduados. (*Pedagogos, assistentes sociais, gestores/diretores, fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionistas, agentes, etc.*)

R: _____

5. Quanto aos trâmites de gestão. (*Controle dos negócios, controle de materiais, gastos, dividendos, estoque, funcionários, etc.*). Quantas pessoas fazem parte deste processo? (*Sociedade/Pais, prefeito/vereadores, diretor/creche, funcionários*)

R: _____

6. Quanto a tecnologia. Existe algum Software/Sistema para gerir de forma integral todas as ações da creche? (*Considerando todos os seus setores: financeiro, Recursos Humanos, Logística, administrativa, etc.*)

() Sim () Não () em partes

6.1. Se a resposta for não, ou em partes, de forma breve, como é feito?

R: _____

6.2. Quantos computadores compõe em sua estrutura administrativa?

R: _____

7. Quanto ao estoque de materiais, alimentos e utilidades. Como é feito o seu controle?

- ☐ não controla.
- ☐ de forma manual.
- ☐ informatizado.
- ☐ por amostragem (acompanhamento frequente/semanal).

8. O gestor tem se capacitado frequentemente para melhor desempenho dos negócios? (*Cursos, palestras, especializações, atualidades, etc.*)

- ☐ sempre.
- ☐ nunca fez.
- ☐ raramente.
- ☐ só faço quando é pago e exigido pelas autoridades. (Poder público)

9. Existe reuniões periódicas com os pais das crianças para ouvir suas possíveis melhorias de qualidade em todos os quesitos? (*Horários, alimentação, sugestões de educação e ensino, crianças com necessidades especiais, etc.*)

- ☐ sempre.
- ☐ nunca fez.
- ☐ raramente.
- ☐ só é realizado nos conselhos municipais (prefeitura).

10. Os repasses/verbas advindas da Prefeitura são expostas a comunidade com os gastos utilizados na administração da creche?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ em partes

Como? (Nas reuniões com os pais? Fica na entrada na creche? Entre outros.

R: _____

11. A creche recebe doações alimentícia/donativos de empresários, cafeicultores, outras entidades?

R: _____

12. Se você pudesse mudar algo para melhorar o desempenho geral da creche, o quê você mudaria? (*Considerando toda a sua estrutura, política de ensino e gestão*).

- () não mudaria nada, os pais estão satisfeitos
- () mudaria. (*Responder na observação a baixo*)
- () não prefiro opinar.

R: _____

13. O que te motiva em sair da sua casa todos os dias e ser visto(a) como um representante/membro/colaborador de suma importância para sua comunidade?

R: _____

14. Qual o seu grau de hierarquia nesta organização?

- () Diretor(a) responsável.
- () Subdiretor (vice)
- () Funcionário-Público. (*Administrativo, professor, profissional graduado*)
- () outros. _____

Este questionário tem como finalidade à pesquisa científica. Seu uso é exclusivamente científico, não sendo utilizado para outros fins.

APÊNDICE C - Questionário de satisfação

P1- Quantos anos você tem? ☐ menos de 18 anos ☐ 18 a 25 anos ☐ 26 a 40 anos ☐ mais de 40 anos. P2- Qual a sua formação escolar? ☐ sem estudo ☐ até 4ª série do ensino fundamental. ☐ da 5ª até a 8ª série do ensino fundamental ☐ Até o 3º ano do Ensino Médio P3- Você está trabalhando no momento? ☐ sim ☐ não P4- Quantos filhos utiliza a creche? ☐ apenas 1 ☐ 2 apenas. ☐ 3 ou mais de 3 P5- Você participa das reuniões da creche? ☐ sempre. ☐ as vezes. ☐ nunca. P6- Se te solicitarem, você recomendaria a creche? ☐ sim ☐ não P7- Se tivesse possibilidade, mudaria da creche? ☐ sim ☐ não P8- Quanto a infraestrutura, modelo de ensino e gestão administrativa você está de acordo? ☐ sim ☐ não ☐ em partes. P17- Qual período seu/sua filho/filha fica na creche? ☐ meio período (manha ou tarde) ☐ período integral (das 6:30horas até as 18horas) P9- O Pai do/a seu/sua filho/a está trabalhando no momento? ☐ sim ☐ não	P11- Existe ajuda, cooperação, colaboração, conselhos entre todos da creche? ☐ sim ☐ não ☐ em partes P12- Nas reuniões são mostrados os gastos e investimentos feitos de forma transparente? ☐ sim ☐ não ☐ em partes P13- A Creche presta um bom serviço à comunidade? ☐ sim ☐ não De 0 a 10 qual é o seu nível de satisfação com creche? (sendo menor que 5 ruim e acima de 5 muito bom) (1) – (2) – (3) – (4) – (5) – (6) – (7) – (8) – (9) – (10) P14- Se você pode-se mudar algo na creche? O que você mudaria? ☐ localização ☐ professores/profissionais ruins ☐ infraestrutura/limpeza/falta de apoio ☐ horários ☐ não mudaria nada. P15- Você já teve algum desentendimento/conflito com algum dos profissionais da creche? ☐ sim ☐ não P16- Qual a reação do seu filho/filha quando você diz a ele/ela que está indo deixá-lo na creche? (A intenção desta pergunta é saber se ele gosta de estar lá ou não) ☐ Felicidade. Ele/ela adora a creche. ☐ Sempre tenho problemas. Muito choro! ☐ nunca tive problemas. ☐ Já tive que buscá-lo algumas vezes. ☐ outros. (comente se puder) P17- Por qual motivo a baixo você utiliza a creche? ☐ trabalho o dia inteiro ☐ educação para meus filhos ☐ indicação médica ☐ outros
---	---

Anexos

Anexo A - Organização administrativa e estrutura (Espaço físico)

Sala 1 – Hall de entrada;
Sala 2 – Secretaria;
Sala 3 – Diretoria, Supervisão Pedagógica;
Sala 4 – Sala dos professores;
Sala 5 – Almoxarifado;
Sala 6 – Banheiro masculino (adulto);
Sala 7 – Banheiro feminino (adulto);
Sala 8 – Cozinha;
Sala 9 – Lavanderia;
Sala 10 – Banheiro feminino (adulto);
Sala 11 – Banheiro masculino (adulto);
Sala 12 – Lactário;
Sala 13 – Berçário I;
Sala 14 – Berçário II;
Sala 15 – Maternal I com banheiro infantil;
Sala 16 – Maternal II com banheiro infantil;
Sala 17 – Sala de aula com banheiro infantil;
Sala 18 – Sala de aula com banheiro infantil;
Sala 19 – Sala de aula;
Sala 20 – Sala de aula;
Sala 21 – Banheiro adaptado feminino;
Sala 22 – Banheiro adaptado masculino;
Sala 23 – Banheiro feminino infantil;
Sala 24 – Banheiro masculino infantil;
Sala 25 – Biblioteca;
Sala 26 – Informática;
Sala 27 – Sala de interruptores elétrico;
Pátio interno (refeitório);
Parquinho.

Anexo B – Didática de ensino e aprendizagem utilizada pela CMEI

De 0 A 3 ANOS

A CRIANÇA E O MOVIMENTO

OBJETIVO

- Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- Deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular, etc., desenvolvendo atitude de confiança na própria capacidade motora;
- Explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.

CONTEÚDO

- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração; das brincadeiras; do uso do espelho e da interação com os outros;
- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral;
- Exploração de diferentes posturas corporais, como sentar-se em diferentes inclinações; deitar-se em diferentes posições; ficar ereto apoiado na planta dos pés com e sem ajuda, etc.
- Ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço por meio das possibilidades constantes de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar, etc.
- Aperfeiçoamento dos gestos relacionados com a preensão, o encaixe, o traçado no desenho, o lançamento etc., por meio da experimentação e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.

METODOLOGIA

- Proporcionando atividades como o banho e a massagem;
- Propondo brincadeiras que envolvam o conto e o movimento;
- Explorando diversas possibilidades de ver sua imagem refletida no espelho;

- Explorando diversos materiais em contato com o corpo: textura, temperatura, paladar, olfato;
- Participando de brincadeiras de roda ou de danças circulares: “A galinha do vizinho” ou “Ciranda, Cirandinha”, etc.
- Proporcionar brincadeiras que ofereçam mímicas faciais e gestos;
- Proporcionar experiências posturais e motoras variadas;
- Oferecendo um ambiente com materiais que propiciem a descoberta e exploração do movimento.
- Uso de tecidos e pesos ou materiais de temperaturas diferentes, em brincadeiras prazerosas como esconder sob um pano grosso; fazer cabanas; túneis e labirintos construídos com filó, etc.

MÚSICA

OBJETIVO

- Ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais;
- Brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais.

CONTEÚDO

- A exploração de materiais e a escuta de obras musicais para propiciar o contato e experiências com a matéria prima da linguagem musical: o som e sua qualidade, e o silêncio;
- A vivência da organização dos sons e silêncios em linguagem musical pelo fazer e pelo contato com obras diversas;
- A reflexão sobre a música como produto cultural do ser humano é importante forma de conhecer e representar o mundo;

METODOLOGIA

- Proporcionar atividades musicais lúdicas diversas;
- Explorar diversos sons vocais por meio da imitação de vozes de animais, ruídos, etc., ou sons corporais, como palmas, batidas nas pernas, pés, etc.;
- Participando de canções de ninar tradicionais, os brinquedos contados e rítmicos.

- Proporcionar e construir de sucatas brinquedos sonoros; instrumentos musicais de percussão, como chocalhos, guizos, blocos, sinos, tambores, etc.;
- Escuta de obras musicais variadas.

ARTES VISUAIS

OBJETIVO

- Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística;
- Utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação.

CONTEÚDO

- Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pincéis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo, etc.; de meios, como tintas, água, areia, terra, argila, etc.; e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeira, etc.;
- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas;
- Cuidado com o próprio corpo e o dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes;
- Cuidado com os materiais e com os trabalhos e objetos produzidos individualmente ou em grupo.
- Observação e identificação de imagens diversas.

METODOLOGIA

- Proporcionar diferentes materiais para perceber texturas e construir objetos variados.
- Explorando elementos da natureza como folhas, sementes, flores, terras de diferentes cores e texturas;
- Proporcionar jogos de construção com sucatas;
- Explorando diversos instrumentos, como pincel, giz de cera, lápis, tinta e usá-los sobre diferentes superfícies (papel liso, rugoso, lixa, argila, etc.);

- Proporcionar uma maior diversidade de imagens.

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

OBJETIVO

- Participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral contando suas vivências;
- Interessar-se pela leitura de histórias;
- Familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais se faça necessário, e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos, etc.

CONTEÚDO

- Uso da linguagem oral para conversar, comunicar-se, relatar suas vivências e expressar desejos, vontades, necessidades e sentimentos, nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;
- Participação em situações de leitura de diferentes gêneros feita pelos adultos, como contos, poemas, parlendas, trava línguas, etc.;
- Participação em situações cotidianas nas quais se faça necessário o uso da leitura e da escrita;
- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos, etc.;
- Alfabeto (reconhecimento).

METODOLOGIA

- Proporcionar diversas situações cotidianas de fala com a criança;
- Oferecendo leitura pelo adulto de textos escritos em voz alta;
- Oportunizando o acesso a empréstimo de livros para leitura em casa com a família;
- Explorando diversos materiais escritos como: gibis, livros, revistas, folhetos, rótulos, receitas culinárias e outros;
- Propondo atividades permanentes que envolvam a identificação;
- Participando de situações cotidianas nas quais o nome se faz presente (nos pertences das crianças, listas de chamada afixadas na parede, etc.);

- Desenho livre;
- Proporcionar situações de brincadeiras com o alfabeto.

NATUREZA E SOCIEDADE

OBJETIVO

- Explorar o ambiente para que possa se relacionar com pessoas; estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse.

CONTEÚDO

- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos;
- Exploração de diferentes objetos de sua propriedade e de relações simples de causa e efeito;
- Contato com pequenos animais e plantas;
- Conhecimento do próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades físicas, motoras e perceptivas;
- Participação em atividades que envolvam processos de confecção de objetos;
- Estabelecimento de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuva, secas, etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem;
- Valorização de atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo;
- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente.

METODOLOGIA

- Proporcionar atividades de observação e exploração;
- Oportunizar contato com pequenos animais;
- Cuidar de plantas e acompanhar seu crescimento;
- Brincadeiras, músicas, histórias, jogos e danças tradicionais da comunidade;
- A aprendizagem dos nomes das partes do corpo;
- Utilizar diferentes tipos de materiais (pedaços de madeira, tecidos, cordas, embalagens, etc.), propor problemas;

- Cultivos de plantas;
- Atividades relacionadas com os fenômenos da natureza.

MATEMÁTICA

OBJETIVO

Estabelecer aproximações a algumas noções matemáticas presentes no seu cotidiano, como contagem, relações espaciais, etc.

CONTEÚDO

- Utilização de contagem oral, de noções de quantidade, de tempo e de espaço, em jogos, brincadeiras e músicas junto com o professor e nos diversos contextos nos quais as crianças reconheçam essa utilização como necessária.
- Manipulação e exploração de objetivos e brinquedos, em situações organizadas de forma a existirem quantidades individuais suficientes para que cada criança possa descobrir as características e propriedades principais e suas possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvasar, encaixar, etc.

METODOLOGIA

QUATRO (4) ANOS e CINCO (5) ANOS

- Introdução às noções de medidas de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais.
- Proporcionar situações cotidianas que oferecem ideias matemáticas;
- Participando de jogos e as brincadeiras que permitam a familiarização com elementos espaciais e numéricos;
- Explorar o espaço com diferentes circuitos de obstáculos com cadeira, mesas, pneus e panos, por onde as crianças possam engatinhar ou andar, subindo, descendo, passando por dentro, por cima, por baixo;
- Proporcionar brincadeiras de construir torres, pistas com blocos de madeira ou encaixes;
- Propondo brincadeiras que enriqueçam o faz de conta;
- Utilização do calendário;
- Explorando cantigas e rimas, envolvendo contagem e números;
- Exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras;

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

OBJETIVO

- Ampliar gradativamente as possibilidades de comunicação e expressão da criança, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas.
- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência em diversas situações nas quais seu uso se faça necessário; escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor.
- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano.
- Perceber o princípio alfabético.
- Utilizar a direcionalidade da escrita (esquerda-direita; em cima-embaixo).
- Utilizar a segmentação (espaçamento entre as palavras).
- Escolher livros para ler e apreciar.
- Uso da linguagem oral para conversar, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, ideias, preferências e sentimentos e relatar suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano.
- Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com a ajuda do professor.
- Conhecimento e reprodução oral de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas e canções.
- Respeito pela produção própria e alheia.
- Propor atividades de escrita que façam sentido para as crianças, isto é, que elas saibam para que é para quem esteja escrevendo, revestindo a escrita de seu caráter social.

CONTEÚDO

Desenvolvimento oral e ampliação do vocabulário.

- Descrição de fatos e gravuras (interpretação, descrição e compreensão).

- Relato de experiências.
- Jogos Verbais: reconto, rimas.
- Produção de textos coletivos e histórias (oralidade).
- Gêneros textuais: trava língua, parlendas, adivinhas, poemas.
- Pseudo-leitura.
- Nome (reconhecimento e escrita).
- Reconhecimento do nome de outras pessoas (colegas de sala, professora).
- Alfabeto (reconhecimento e grafia).

METODOLOGIA

- Oferecendo cantinho da leitura ou biblioteca com diferentes portadores de textos.
- Oportunizando o acesso a empréstimos de livros para leitura em casa com a família.
- Oferecendo a leitura e apresentação oral da história.
- Proporcionando atividades que envolvam a identificação dos diversos tipos de textos, durante a leitura pelo professor: histórias, anúncios, poesias, mensagens, parábolas e outros.
- Explorando diversos materiais escritos como: gibis, livros, revistas, folhetos, rótulos, receitas culinárias e outros.
- Oportunizando a participação em situações de reescrita de textos já escritos tendo o professor como escriba (lendas, histórias e outros).
- Propondo atividades permanentes que envolvam a identificação e a escrita do nome próprio.
- Participando de situações cotidianas nas quais o nome se faz presente (nos pertences das crianças, listas de chamadas afixadas na parede, etc.).
- Escrita espontânea.
- Escrita dos nomes com letras móveis.
- Valorizando a leitura como fonte de prazer e entretenimento.
- Participando de situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidades, como: conversas, exposições orais, entrevistas e outros.
- Compartilhando e trocando ideias com os colegas sobre textos ouvidos.
- Relatando histórias, fatos com organização gradativa de pensamento.

- Utilizando o Projeto de Leitura em Família.
- Trabalhando oralmente com jogos verbais.
- Proporcionando atividades que envolvam organização de exposições de trabalhos individuais e coletivos, propiciando a leitura dos objetos produzidos e a valorização de suas obras.
- Proporcionando a participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita.

NATUREZA E SOCIEDADE

OBJETIVO

- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias.
- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida características de seu grupo social e de outros grupos.
- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.

CONTEÚDO

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar.
- Os lugares e suas paisagens.
- Objetos e processos de transformação.
- Os seres vivos.
- Os fenômenos da natureza.
- Datas comemorativas.

METODOLOGIA

- Desenvolvendo atividades que envolvam tradições culturais (histórias, brincadeiras, jogos e canções).
- Identificando alguns papéis sociais nos grupos de convívio.
- Conhecendo e valorizando o patrimônio cultural e suas diferentes formas de expressão em seu grupo social.

- Oportunizando o conhecimento de modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado.
- Desenvolvendo atividades de observação das paisagens locais (rios, vegetação, construção, florestas, campos), através de fotos, filmes, observando mudanças ocorridas nas paisagens.
- Valorizando a manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente.
- Oportunizando oficinas de confecções de objetos fazendo uso de materiais recicláveis.
- Relatando os cuidados no uso dos objetos no cotidiano, relacionando à segurança e prevenção de acidentes.
- Desenvolvendo atividades onde possam adquirir cuidado com o corpo, prevenção de acidentes e à saúde, bem-estar individual e coletivo.
- Fazendo relação entre as espécies de seres vivos, com suas características e necessidades vitais.
- Relatando cuidados à preservação da vida e do ambiente.
- Valorizando a vida e os cuidados relacionados a animais e plantas.
- Observando, pesquisando e refletindo sobre a ação de luz, calor, som, força e movimento.
- Valorizando a importância das datas comemorativas e conscientização do valor de algumas delas para o desenvolvimento do nosso país, de forma que entenda a realidade na qual está inserida.

MATEMÁTICA

OBJETIVO

- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramenta no seu cotidiano.
- Comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática.
- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.

- Utilização da contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconhecem sua necessidade.
- Utilização de noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas,
- Identificar a posição de um objeto ou número na série explicitando a noção de sucessor e antecessor.
- Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais.
- Exploração de diferentes procedimentos, comparar grandezas.
- Introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo pela utilização de unidades convencionais e não convencionais.
- Marcação do tempo por meio de calendários.
- Experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesse das crianças.
- Representações bidimensionais de objetos.
- Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço.

CONTEÚDO

Números e Sistemas de Numeração

- Números Naturais: 0 a 5 (reconhecimento e grafia);

Grandezas e Medidas

- Noções: alto/baixo, grosso/fino, comprido/curto;
grande/pequeno, pesado/leve, cheio/vazio;
longe/perto, rápido/devagar;
maior/menor, alto/baixo, largo/estrito.

- Marcação do tempo por meio de calendários.

Espaço e Forma

- Identificação de figuras geométricas.
- Representação espacial (posição de pessoas e objetos):
dentro/fora, em cima/embaixo, esquerdo/direito, frente/atrás/ao lado,
acima/abaixo, de costas/de frente, primeiro/último, fechado/aberto, mesmo
sentido/sentido contrário, em pé/agachado.
- Identificação de pontos de referência.

- Espaço e forma, descrição e representação de pequenos percursos.

METODOLOGIA

- Participando de brincadeiras que envolvam cantigas, rimas, lendas e/ou parlendas que se utilizam contagens e números.
- Pesquisando diferentes situações de variados espaços e das relações de referência, para situar-se e situar objetos (em cima, embaixo, dentro, fora, em frente, atrás).
- Propiciando a resolução de problemas de forma não convencional, propostos em contextos de jogos e brincadeiras.
- Organizando atividades que trabalhem semelhanças e diferenças entre objetos em situações que envolvam descrições orais, construções e representações por meio de desenho.
- Confeccionando e realizando atividades domésticas, como receitas, envolvendo diferentes unidades de medidas: tempo de cozimento, quantidade dos ingredientes (litro, quilograma, colher, xícara).
- Explorar operações lógicas de classificação, comparação e sequenciação.
- Construir procedimentos de agrupamentos.
- Propiciando marcação do tempo por meio de objetos como: relógio, calendário e outros, convencionais ou não.
- Observando e comparando com seus pares as diferenças existentes, como: tamanho dos pés, número dos sapatos, altura, peso, número do manequim, idade, operacionalizando assim, o tratamento de informação por meio de gráficos e tabelas.
- Utilizando sequências didáticas que envolvam diferentes unidades de medida.
- Utilizando o dinheiro em situações de faz de conta e brincadeiras, efetuando cálculos mentais ou concretos.
- Propiciando a observação no meio social, das formas geométricas e das mais diversas funções como: pisos, mosaicos, vitrais de igrejas, obras de arte, artesanato e de outras encontradas na natureza.
- Proporcionando manuseio de blocos lógicos em diversas situações.

- Desenvolvendo projetos que envolvam o reconhecimento de figuras geométricas (bidimensionais e tridimensionais), formas, contornos e superfícies.

PROJETOS

- Leitura em Família.
- Sustentabilidade.
- Dias das Mães
- Festa Junina
- Família na Escola
- E outros determinados pelo sistema.